

CARTAZ EM DEFESA DAS EMPRESAS ESTATAIS

## GOVERNO RIFA AS ESTATAIS

# VENDE-SE

O projeto de lei que o presidente José Sarney e o ministro Mailson da Nóbrega enviaram ao Congresso, na última quarta-feira, não deixa margem a dúvidas. Se ele for aprovado, o governo ganhará autonomia para se desfazer e entregar aos credores da dívida externa o controle tanto acionário quanto administrativo de todas as grandes empresas estatais, inclusive aquelas que atuam em setores onde está estabelecido até hoje o monopólio do Estado. Os poços e as refinarias de petróleo, as hidrelétricas, as áreas de mineração onde operam a Vale do Rio Doce e a rede de telecomunicações do país, só para ficar nos exemplos mais conhecidos, poderão ser dirigidos por capitais estrangeiros.

O projeto é de clareza meridiana. Seus artigos 1º e 2º rezam que "o Poder Executivo fica autorizado a promover a alienação das ações representativas do capital de empresas estatais que explorem atividades monopolizadas e ou-

tras". Já o artigo 5º estabelece que, para alcançar mais eficazmente este objetivo, será estimulada, "em especial", a conversão da dívida externa pública em ações das estatais.

Na tentativa de evitar que o caráter entreguista do projeto se torne evidente, o ministro Mailson da Nóbrega argumentou que está prevista a criação e a posse, pelo Estado, de "ações de classe especial", ou *golden share*, como são conhecidas internacionalmente. Mas a análise do texto enviado ao Congresso indica que: 1. Estas ações não garantem nem direito a voto nas assembleias de acionistas nem participação na diretoria e conselho de direção das empresas; 2. O Estado pode apenas intervir em situações especiais e mesmo assim sobre uma pauta reduzida de assuntos; 3. Mesmo estes direitos especiais, limitados, podem ser extintos a qualquer momento; 4. As ações *golden share*, além de tudo, não

dão direito a nenhuma participação no lucro das empresas.

O envio do projeto ao Congresso Nacional é o lance mais ousado de uma ampla campanha que a grande burguesia e o Estado brasileiro promovem há tempos contra as estatais. Estas empresas foram forçadas a um endividamento externo inteiramente despropositado, e as tarifas e preços de seus produtos foram arrojados. E uma ampla campanha de desinformação procura mostrar, a despeito de todos os fatos concretos, que as estatais são ineficientes e parasitárias, e que seus funcionários são privilegiados e indolentes.

A Tribuna Operária dedica uma página inteira desta edição para rebater estas alegações. Também analisa em detalhes a tese da privatização. E explica por que ela conduzirá, se aceita pela sociedade, à desnacionalização completa de um valiosíssimo patrimônio do país. Veja na página 8.

EDITORIAL

### Trocadinho golpista

Só para Sarney não. Queremos eleição geral". É o que diziam certos políticos contra o mandato de quatro anos para Sarney. Depois do fortalecimento do presidente, com a vitória da direita, junto com o PT e o PDT, a frase sofreu uma alteração: "Não queremos eleição em geral". A manobra é para impedir as eleições municipais marcadas para 15 de novembro.

Aureliano Chaves passa a falar em eleições gerais só em 1989. Já existe uma proposta do senador Auro de Melo marcando as eleições de prefeitos e vereadores para o próximo ano. O ministro Paulo Brossard defendeu 6 anos para Sarney, "conforme estabelece a atual Constituição" e, ainda acrescentou: "já é tempo de nos acostumarmos a cumprir a lei neste País." Paralelamente, os militares começaram a fazer elogios à Constituinte.

Existem motivos diversos para mais esta articulação golpista em relação às urnas. Para eles, sempre que possível, deve-se evitar este perigoso instrumento. "Desestabiliza e economia", dizem uma hora, "Cria tumulto", afirmam em seguida. É "coisa de comunista", raciocinam os generais.

A pesar de considerar quase resolvida a sua sucessão em 89, Sarney sabe que as eleições municipais funcionarão como uma prévia do pleito presidencial. Os candidatos a prefeito e vereador que tiverem qualquer proximidade com o governo serão implacavelmente repudiados pelos eleitores. Sarney será julgado indiretamente e condenado sem apelação. O PT e o PDT também não deixarão de receber seu castigo pela opção por Sarney na votação do último dia 22. O PMDB está temeroso com o veredito popular. Seu comprometimento com a situação de calamidade instalada no país e seus conchavos com Sarney não serão perdoados.

Os governadores também preferem não mexer no quadro político, principalmente nas ca-

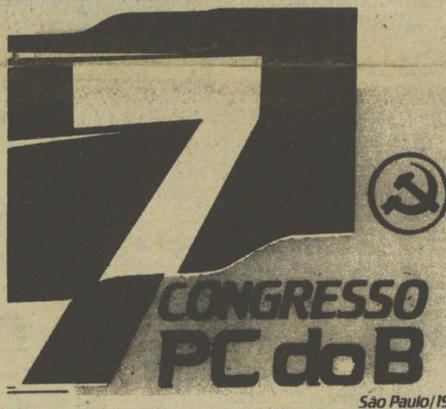
pitais. Temem que a maré oposicionista destrua suas bases para pretensões futuras. Um bom número de prefeitos e vereadores fisiológicos, premiados com as verbas generosas da Seplan e sabendo da resposta do povo às suas falcatruas, preferem gozar mais um ano sem se exporem às urnas.

Todos estes, por suas convicções conservadoras e antidemocráticas, com destaque para as Forças Armadas, apavoraram-se com o fato da eleição ser sempre um motivo de debates, de mobilização popular, de elevação da consciência política dos trabalhadores. Para esta gente, adiar um pleito já marcado é "coisa natural". Mas era "inaceitável" decidir quatro anos para Sarney. O jurista Brossard e os militares que se expliquem.

Novamente é necessário repisar que o povo nas ruas é o fator chave para dar um rumo democrático a este imbróglio. A defesa das eleições já marcadas é questão fechada e só a mobilização de todos os democratas pode assegurar a sua realização. Este movimento evidentemente tem como ponto de pauta a continuidade da luta por quatro anos para Sarney. A batalha ficou mais difícil, mas não impossível.

É de interesse que todas as forças democráticas se façam presentes nos palanques. Inclusive o PT e o PDT, se é que de fato estão interessados na campanha popular e não em colocar, acima de tudo, os seus próprios objetivos eleitorais. E se acharem uma forma de explicar ao público a opção sarneysista na Constituinte.

Vereadores e prefeitos honestos, todos os parlamentares e líderes populares têm pela frente novos desafios. Golpe não se faz apenas com tanque na rua. Na votação do presidencialismo houve nitidamente um golpe palaciano, onde as baionetas atuaram no escuro, de mãos dadas com a corrupção. O povo quer democracia e eleição. E vai lutar por seus direitos.



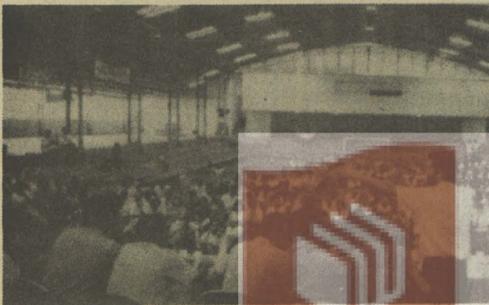
São Paulo/1988

### Impasse nas votações da Constituinte

Ao tempo em que vão ficando claros os meandros que possibilitaram a aprovação do presidencialismo e do mandato de 5 anos para o presidente da República, vêm à público, igualmente, as aberrações constitucionais da emenda de Humberto Lucena. Os poderes do presidente foram ampliados, em detrimento do Congresso Nacional. E a Constituinte ficou sem saber como enfrentar o monstro. Leia na página 3.

### Uma resposta ao arrocho

O sindicalismo paulista decidiu realizar uma assembleia intercategorias no próximo dia 30 para definir a forma de luta contra a política econômica de Sarney. Nela será debatida a greve geral. Pág. 6



A plenária sindical no dia 30 convocou a assembleia

### Um partido jovem comemora 66 anos

A tradicional organização política do proletariado brasileiro, o Partido Comunista do Brasil, fundado em 1922, festejou em todo o país o seu 66º aniversário. Em comícios, debates, palestras e shows de música popular, os comunistas aproveitaram a ocasião para assinalar grandes vitórias do partido, como o seu crescimento — bem próximo de 100 mil membros — e exigir, com eleições em 88, o fim do governo Sarney. Pág. 4



Manifestação contra o Pacote Laboral em Lisboa

### Greve histórica para Portugal

Foi a maior greve em Portugal desde a Revolução dos Cravos, em 1974. Cerca de 2 milhões de trabalhadores paralisaram os trabalhos em protesto contra o Pacote Laboral, do primeiro-ministro Cavaco Silva, que golpeia conquistas operárias. A greve, de 24 horas, foi convocada pela União Geral dos Trabalhadores e pela Confederação Geral dos Trabalhadores de Portugal. O movimento surpreendeu o primeiro-ministro, que arrogantemente afirmou, antes, que não iria perder "uma hora de sono com a greve geral".

Os sindicalistas das duas centrais portuguesas denunciaram o Pacote Laboral: "A nova lei facilita a dispensa em massa de trabalhadores, porque é uma carta branca para as entidades patronais". De fato, o pa-

cote de Cavaco Silva instituiu o contrato por tempo de serviço, o que na prática lança por terra a estabilidade de no emprego, garantida pela Constituição portuguesa, elaborada ainda no calor da Revolução dos Cravos, e facilita demissões por "inovações tecnológicas".

A greve marca também o protesto dos trabalhadores contra o limite de apenas 6% para os aumentos salariais deste ano, determinado pelo governo. Na prática um aumento inferior à inflação.

Foi a primeira vez que as duas centrais sindicais conjugaram esforços numa ação nacional visando combater uma legislação anti-operária. Nos próximos dias o Pacote Laboral irá para o parlamento para ser votado.

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois



O brasileiro Baena Soares (de branco) avalia o acordo entre sandinistas e os "contras"

SANDINISTAS X "CONTRAS"

## Uma trégua difícil

O acordo firmado no último dia 23 de março entre o governo sandinista da Nicarágua e os representantes dos "contras" já começou a ser rompido. É o que denunciou Manáguia no começo da semana passada através da rádio oficial "Voz da Nicarágua", que divulgou comunicado anunciando a morte de dois soldados sandinistas numa emboscada organizada pelos "contras" a um caminhão militar na região de Matagalpa. Entretanto, não se confirmou um rompimento da trégua acertada no acordo assinado na cidade de Sapoá. O tratado entre as partes foi dividido em 9 pontos:

1) Cessar-fogo em todo o território nicaraguense a partir de 1º de abril por 60 dias, quando seriam discutidos os termos de um acordo definitivo;

2) Durante os primeiros 15 dias da trégua temporária os "contras" que estão em solo da Nicarágua ficarão acampados em regiões a serem decididas de comum acordo entre as partes;

3) O governo sandinista decretará uma anistia geral para presos já condenados ou com processo em andamento por crimes contra a ordem pública, incluindo os integrantes do exército do regime somozista;

4) Os "contras" poderão receber ajuda humanitária como alimentos, roupas e remédios que será distribuído por organizações neutras;

5) O governo de Manáguia se compromete a observar irrestrita liberdade de expressão em todo o país;

6) Depois de acertados os locais de acampamento dos "contras", deverão ser destacados até 8 delegados de cada uma das organizações da chamada resistência nicaraguense para participar de negociações que tratarão, entre outros temas, do serviço militar obrigatório;

7) Todos os nicaraguenses que deixaram o país por motivos políticos poderão retornar e se incorporar à vida normal, sem nenhum tipo de restrição;

8) Os "reintegrados" terão direito de participar, em igualdade de condições, como eleitores e candidatos a todas as eleições do país;

9) O cumprimento deste acordo será fiscalizado por uma comissão formada pelo secretário-geral da OEA, o brasileiro João Clemente Baena Soares, e pelo cardeal dom Miguel Obando y Bravo, arcebispo de Manáguia.

A falta de informações mais precisas sobre o verdadeiro ce-

nário da guerra deixa a imprensa progressista no mundo à mercê dos despachos de agências noticiosas imperialistas, sempre distorcidas. Mas é possível, ao menos, detectar que existem dificuldades de ambos os lados. Os "contras" acumulam derrotas no campo de batalha na Nicarágua, principalmente depois da última ofensiva do Exército sandinista às suas bases perto da fronteira com Honduras, o que acabou exigindo um pronto-socorro de tropas americanas.

Outra grande batalha perdida pelos "contras" foi a rejeição pelo Congresso norte-americano de um pacote de 36,6 milhões de dólares de ajuda para suas forças, uma grande derrota também para o presidente Ronald Reagan. Outro fator importante é a mobilização em várias cidades dos EUA contra a intervenção das tropas americanas no conflito com a Nicarágua. Por seu turno, o governo de Manáguia também enfrenta problemas. Com uma inflação galopante que beira os 2000% e um poderoso exército de 70 mil homens para manter, a Nicarágua precisa reconstruir sua economia devastada pela guerra para fazer frente às necessidades da população.

PANAMÁ

## Agressão da Casa Branca

A vergonhosa intromissão dos Estados Unidos nas questões internas do Panamá estão demonstrando o quanto o governo Ronald Reagan não tem o mínimo de respeito ao princípio de não ingerência em assuntos internos de outros países que deveriam reger as relações internacionais. No último dia 28 o subsecretário de Estado para Assuntos Interamericanos, Eliot Abrams, anunciou que os EUA vão aumentar as pressões para derrubar o general Noriega do poder, e confessou:

"Reconheço que subestimamos Noriega. Marcos e Duvalier jamais teriam aguentado o que ele está aguentando". No caso, Marcos é o ex-ditador das Filipinas, e Duvalier o ex-ditador do Haiti, mantidos no poder com o apoio norte-americano por dezenas de anos,

encabeçando governos ditatoriais que liquidavam fisicamente seus opositores.

Na semana passada o governo conseguiu pagar os seus funcionários que ganham até 150 dólares por quinzena, além do saldo dos militares. O dólar norte-americano é a moeda circulante no país, que não tem dinheiro próprio. Os Estados Unidos, tão arrogantes em anunciar retaliações sempre que qualquer governo latino-americano esboça suspender o pagamento da dívida externa, congelou todos os depósitos bancários panamenhos em bancos ianques e está impedindo o envio de dólares para o país.

A Casa Branca também organizou o fechamento do comércio e da indústria panamenhas, acionando os setores pró-imperialistas das classes

dominantes panamenhas para essa ação de sabotagem econômica. Em resposta, o governo decretou a intervenção em duas empresas produtoras de farinha que estavam paralisadas: a Harina Panamá, nacional, e a General Mills, norte-americana.

A ofensiva dos EUA já começa a surtir seus efeitos: milhares de famílias de poucos recursos não estão podendo comprar artigos de primeira necessidade e começam a passar fome. Falta moeda circulante e 90% do comércio está fechado.

Os EUA não se limitaram às pressões econômicas. Manobras militares estão sendo realizadas no país - que sedia uma base norte-americana - sem o consentimento do governo panamenho. E o presidente Ronald Reagan determinou o envio de um "reforço policial", com 200 homens, para a área - lá estão estacionados 10 mil ianques.

HUNGRIA

## Medidas capitalistas

O governo húngaro acaba de lançar no mercado internacional Letras do Tesouro de curto prazo, com resgate para três a nove meses, oferecendo aos eventuais investidores altas taxas de juros, variáveis de 8 a 10%. É uma medida tipicamente capitalista, adotada sob o pretexto de captar recursos externos para fazer frente ao déficit público do governo. A operação não é muito diferente da que ocorre no Brasil quando o governo federal lança títulos no mercado aberto

ARMÊNIA

## A maior greve

Foi o próprio órgão oficial soviético, "Pravda", que reconheceu: a greve em curso em Nagorno-Karabach é a maior de toda a história da União Soviética. As indústrias estão virtualmente fechadas. O transporte ferroviário para outras áreas da URSS está paralisado. A população reivindica a integração da região à república do Azerbaijão, o que é negado pela cúpula soviética em Moscou.

O governo de Gorbachev anunciou algumas medidas que pretensamente possibilitarão um desenvolvimento maior da região. E pediu, através do artigo do "Pravda", que a greve cesse, pois as máquinas "não podem parar, os vagões ferroviários precisam ser descarregados e o trabalho no campo reiniciado" para implementar as medidas. Acontece que elas não correspondem às reivindicações da população. Por isso, a greve continua.

Outro jornal, o "Izvestia", admitiu que os estudantes estão boicotando as aulas em Nagorno-Karabach, e as crianças não estão sendo levadas para as creches, num movimento que a população chama de "cidade morta". É a maneira que os armênios encon-

traram de não entrar em choques abertos com os soldados russos enviados para a área — em fevereiro dezenas de armênios foram assassinados pela repressão de Gorbachev durante manifestações de rua. Segundo o governo, a greve já causou uma perda de produção equivalente a 7 milhões de rublos.

As manifestações nacionalistas dos armênios estão servindo para demonstrar o que existe de real e de demagógico na política de Gorbachev denominada "glasnost" — abertura. Desde que os revisionistas tomaram o poder na URSS, traído o socialismo, o Estado de ditadura do proletariado transformou-se num Estado de domínio da nova classe burguesa-estatal no poder sobre os proletários e camponeses das várias nacionalidades soviéticas. E a resposta às manifestações dos armênios tem sido a resposta típica dos regimes opressores: a repressão. Gorbachev enviou para a região tropas militares.

Ao contrário da época de Stálin — tão criticado pela atual direção soviética —, agora os reprimidos são as massas trabalhadoras, e não os exploradores. É o fruto da reconstrução do capitalismo na URSS.



Membro do governo soviético (ao centro) e armênios em Erivan

PALESTINA

## Sob cerco militar

Israel isolou os territórios de Cisjordânia e Faixa de Gaza para impedir manifestações no Dia da Terra, sempre comemorado em 30 de março. Segundo o general Ephraim Lapid, porta-voz do Exército sionista, "os moradores dos territórios não poderão entrar em Israel ou sair para a Jordânia ou o Egito; não poderão também, passar da Cisjordânia para Gaza e vice-versa... Os dois territórios serão declarados áreas militares fechadas". A medida atinge cerca de 1 milhão e 500 mil palestinos.

Os jornalistas só podem entrar nos territórios acompanhados de escolta militar. Já os 62 mil judeus que vivem nessas áreas poderão se movimentar livremente.

O Dia da Terra lembra o 30 de março de 1976, quando seis árabes-israelenses foram mortos por soldados sionistas quando protestavam contra o

confisco de suas terras pelo Estado racista judeu. Neste ano, serão deslocados para as regiões onde vivem os palestinos, no Dia da Terra, 4 mil soldados.

O governo de Israel anunciou que já passam de 120 os palestinos mortos pelo Exército desde que tiveram início as manifestações contra o domínio dos sionistas na Cisjordânia e Faixa de Gaza, em 9 de dezembro último. Mas a comunidade palestina diz que o número de populares assassinados — em sua maioria, jovens com menos de 20 anos — é bem maior. Os soldados também estão quebrando braços e pernas dos palestinos que capturam, para evitar que eles participem de novas manifestações contra o terror sionista na região. Os palestinos usam pedras para enfrentar o sofisticado equipamento bélico utilizado por Israel na repressão.

Acabou o dinheiro

O ministro das Finanças do Equador, Eduardo Cabezas, anunciou a suspensão dos juros da dívida externa do seu país (hoje equivalente a 9,1 bilhões de dólares. Tornou-se simplesmente "impossível" continuar pagando, de acordo com Cabezas. Não é a primeira vez que o governo equatoriano suspende a remessa de juros aos banqueiros estrangeiros. No ano passado isto já havia ocorrido. Agora, o país está novamente envolvido em grandes dificuldades devido à queda do preço do petróleo, principal produto de sua pauta de exportação. O orçamento governamental este ano havia sido elaborado com base na previsão de um preço de 17 dólares o barril do óleo. Entretanto, no primeiro trimestre os preços já caíram abaixo de 13 dólares o barril.

Guerra trágica

O comitê Internacional da Cruz Vermelha denunciou a utilização de armas químicas pelo Iraque em seus ataques ao Irã. Comunicado divulgado pela entidade em Genebra assinalou que "o conflito acaba de entrar em uma nova e trágica etapa com o uso de armas químicas que causaram a morte de muitas pessoas na província de Suleimaniyeh".

"A imprensa internacional visitou a região bombardeada com armas químicas pelo Iraque. O depoimento de Patrick Worship, da Reuter, sobre o que viu:

"Os cadáveres espalhavam-se pelas ruas e pelos escombros dos edifícios destruídos. Outros pendiam das janelas de automóveis. Mulheres mortas abraçavam seus filhos sem vida. A cor de cera de alguns corpos é consequência de envenenamento com cianureto, disseram médicos. Os mortos pareciam grotescas bonecas, compararam testemunhas. Depois do bombardeio vi uma nuvem de gás e mais nada. No final estavam todos mortos, contou um sobrevivente. Os que escaparam da morte apresentavam sinais evidentes de envenenamento por gás, como a pele soltando-se e a respiração difícil".

A lei do cão

O diretor da revista "Cauce", Francisco Herreros, foi preso por determinação de um tribunal militar que o julgou por ofensas às Forças Armadas, no Chile. Herreros foi condenado por ter publicado um editorial em sua revista criticando a ampliação dos poderes da Justiça Militar no país. Numa outra decisão, tomada no mesmo dia, a Justiça Militar arquivou o processo contra o general Manuel Contreras. O general Contreras matou cinco militantes opositores em 1973. Militar pode matar. Civil não pode criticar militar. É a lei no Chile do general Pinochet.

Censura na Inglaterra

O governo da Inglaterra quer aumentar a censura aos meios de comunicação. A primeira-ministra Margaret Thatcher está muito preocupada com o assunto. Está muito claro para todos aqui que determinadas notícias funcionam como uma espécie de balão de oxigênio publicitário para os extremistas, afirmou um funcionário do governo. Thatcher quer impedir a divulgação das lutas opositoristas e populares - em especial dos irlandeses que lutam pela independência do país em relação à Grã-Bretanha. Pretende também vetar a divulgação do assassinato de opositores pelas forças policiais. É mais uma forte guinada à direita na Inglaterra. O funcionário do governo lembrou que a censura à imprensa é um projeto antigo: "Em 1985, a senhora Thatcher afirmou durante discurso no parlamento que as reportagens sobre o enterro de terroristas "(leia-se irlandeses que lutam pela independência do país) despertam uma onda de simpatias".

Matança racista

Continua a matança na África do Sul. O governo racista do Apartheid anunciou dia 28 a morte de sete negros membros do Congresso Nacional Africano - organização revolucionária antirracista desde o dia 25. Quatro deles foram mortos de madrugada na capital do Botswana, Gaborone, numa ofensiva militar do governo contra a região. No dia 29, outros três negros e mulatos foram enforcados, elevando para 36 o número de pessoas de cor executadas nos últimos seis meses. No mesmo dia, em Paris, foi assassinada a representante do Congresso Nacional Africano junto ao governo francês, por terroristas racistas.

# Tribuna Operária

Semanário Nacional  
Faça já sua assinatura e ajude a Imprensa Operária que luta pela libertação e pelo Socialismo

- Anual (52 edições) Cz\$ 3.000,00
- Anual Popular (52 edições) Cz\$ 1.500,00
- Semestral (26 edições) Cz\$ 1.500,00
- Semestral popular (26 edições) Cz\$ 750,00
- Anual para o Exterior US\$ 70

Nome: .....

Endereço .....

Bairro .....

Cidade: ..... CEP: .....

Estado: .....

Profissão: .....

Data: .....

Recorte este cupom e envie junto com cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda. Rua Adoniran Barbosa, 53 Bela Vista SP CEP: 01318

CONSTITUINTE

# Os meandros do presidencialismo

A aprovação do presidencialismo colocou a Constituinte diante de um impasse. Na semana passada o plenário não conseguiu votar nada. A emenda presidencialista contém inúmeras imperfeições. É um verdadeiro "monstro", como definiu o senador Nelson Carneiro, do PMDB-RJ.

Entre outras barbaridades, ela estabelece, no inciso XXI do artigo 95, que é uma prerrogativa exclusiva do presidente da República determinar a realização do referendo popular. Ora, isto devia ser uma prerrogativa do Congresso Nacional.

A emenda prevê ainda a possibilidade do presidente submeter ao Congresso medidas legislativas que considere programáticas e de relevante interesse nacional. Trata-se de uma ampliação dos poderes do presidente legislar. Um mecanismo autoritário e antidemocrático, usurpando os poderes do Legislativo.

Apesar de instituir o presidencialismo, a nova Carta determina também a possibilidade de aprovação de moção de censura a ministros de Estado. Um dispositivo típico do parlamentarismo. No entanto, ele foi previsto pela emenda presidencialista do senador Humberto Lucena, aprovada pela Constituinte. A emenda afirma que a moção de censura será aprovada por 2/3 da Câmara dos Deputados, inviabilizando-a na prática. A emenda prevê ainda, no artigo 94 B, que no caso de vacância dos cargos de presidente e vice nos últimos dois anos de mandato, os seus sucessores serão eleitos pelo Congresso Nacional. "É um verdadeiro despropósito", argumenta o líder do

PCdoB, Haroldo Lima.

## PRESSÕES PRESIDENCIALISTAS

Ao tempo em que se vão revelando os absurdos constitucionais aprovados com o presidencialismo, vão ficando claros, igualmente, os métodos para garantir esse dispositivo. O governador do Piauí, Alberto Silva, afirmou que "todos os métodos foram utilizados para conseguir votos na decisão do sistema de governo e mandato presidencial". Sarney chegou a fazer circular a versão de que renunciaria, caso fosse aprovado o mandato de 4 anos. Com isso, seria fatal a intervenção dos ministros militares - essa era a ameaça. Era comum a frase: "ou cinco anos, ou quatro estrelas", numa alusão a um golpe militar.

Os governadores foram acionados para garantir apoio a Sarney. Em troca, é claro, de uma "convivência pacífica" com o governo federal no que diz respeito a verbas. Samir Achoa, do PMDB-SP, confessou: "Não poderia dizer não ao meu governador", referindo-se às gestões de Orestes Quêrcia junto à bancada paulista.

O deputado José Dutra (PMDB-AM) foi almoçar com os ministros Borges da Silveira, da Saúde, e Prisco Viana, da Habitação. Era parlamentarista. Ninguém sabe explicar ao certo o que lhe foi oferecido entre um prato e outro da sobremesa, já era presidencialista - e no presidencialismo votou, dia 22.

Mais um indício vem de Goiás. Fala-se que os deputados João Natal e Maguito Vi-



Sarney e os militares: identidades de objetivos

lela, ambos do PDC, foram agraciados com concessões para o funcionamento de estações de rádio. "Quem não se comunica, se estrumbica", diria um apresentador de TV. Os dois deputados votaram no presidencialismo e em 5 anos para o mandato presidencial. Também em Goiás o governador via-se ameaçado pela pos-

sibilidade de intervenção no Banco do Estado (BEG). Depois de aprovado o presidencialismo, com a votação maciça do PMDB goiano, a intervenção ficou distante do horizonte político. São as mazelas do presidencialismo. Que o povo brasileiro terá que aturar, prevalecendo as normas aprovadas pela Constituinte.

## Militarismo, o intocável

A votação do sistema de governo pela Constituinte, com a vitória do presidencialismo, recolocou com força a questão da influência e do poder do militarismo no Brasil. Os principais jornais do país vêm estampando em suas páginas informações sobre a pressão e as ameaças exercidas pelos ministros militares sobre os constituintes para forçar a aprovação do presidencialismo e do mandato de 5 anos para presidente da República. Foram divulgados, inclusive, detalhes sobre um suposto golpe militar que seria desfechado caso o parlamentarismo e o mandato de 4 anos fossem consagrados na nova Carta.

A intervenção direta dos ministros militares sobre a Constituinte é uma demonstração cabal de que a estrutura do poder militar no Brasil permanece inalterada. Na verdade, a transição que se esperava efetuar com a chamada Nova República rumo à democratização do país não se consumou. O governo Sarney não só manteve, como aprofundou a tutela militar no Brasil. O próprio presidente faz questão de salientar isso, quando não poupa elogios aos chefes militares, ao mesmo tempo em que tece sérias críticas aos políticos e ao poder civil.

A discussão sobre o papel das Forças Armadas e a influência militar no Brasil pouco avançou na Constituinte. Com efeito, pode-se afirmar sem medo de errar que esse foi o capítulo em que menos progressos foram obtidos. Ao contrário, foi o capítulo que mais retrocessos apresentou.

O melhor exemplo disso está no artigo que trata especificamente do papel constitucional das Forças Armadas. Todas as tentativas de limitar esse papel à defesa militar da pátria, contra as agressões estrangeiras, foram bruscamente rechaçadas pela maioria con-

servadora dos constituintes e abertamente repudiadas pelos militares. Eles não admitem, em hipótese alguma, qualquer alteração na formulação que coloca as Forças Armadas como responsáveis pela defesa da "lei e da ordem", que lhes garante o poder arbitrário de intervir na vida política nacional, rompendo, na verdade, a ordem constitucional.

### LUTA POR MUDANÇA

A bancada do PC do B apresentou, durante as diversas fases da Constituinte, emendas com o objetivo de mudar esse artigo, todas elas derrotadas. Nem mesmo a recuperação da formulação apresentada pela Comissão Afonso Arinos, dizendo que as Forças Armadas, por iniciativa dos poderes constitucionais, são responsáveis pela defesa da "ordem constitucional" foi aceita.

Além disso, o texto aprovado pela Comissão de Sistematização e o substitutivo do "Centrão" mantêm inalterada toda a estrutura arbitrária e repressiva introduzida na Constituição pela ditadura militar. Instrumentos como o Estado de Defesa — uma reedição das fascistas medidas de emergência, o Conselho de Defesa Nacional — a nova formulação do atual Conselho de Segurança Nacional —, entre outros, foram mantidos. Como se isso não bastasse, toda a estrutura repressiva e policial dos órgãos militares e de informação, como o SNI, foi mantida intacta. O PC do B voltará a insistir em plenário, através de diversos destaques, em retirar esses dispositivos da Constituição. Isso por entender que só com o fim do militarismo conseguiremos pavimentar a estrada que levará à efetiva conquista da democracia. (Eduardo Bonfim — dep. federal, PC do B-AL)

PROGRESSISTAS DO PMDB

## Deixar ou não deixar o partido?

"O PMDB tem sido uma vaca leiteira, sempre deu a todos nós os votos da legenda". Com este apelo fisiológico, o multipresidente Ulysses Guimarães procura desestimular os políticos, que, descontentes, ameaçam criar uma nova legenda, de conteúdo progressista. E ainda acrescenta: "Trabalharei com todas as energias para que se preserve a unidade".

Respondendo, sem citar o nome de Ulysses, Franco Montoro observou que "não se mistura água com vinagre". O ex-governador de São Paulo lançou, no último dia 25, um manifesto opondo-se ao "desvirtuamento dos compromissos históricos" do partido. Apesar disso, Montoro ainda se mostrava, na semana passada, esperançoso de uma depuração do PMDB. Com os resultados das convenções do último dia 27, em particular em São Paulo, onde o grupo do governador Orestes Quêrcia arrebatou 70% do controle partidário na capital e mais de 80% no interior, este sonho deve ter acabado.

O que se nota, no geral, é que os líderes que têm condições de arrastar um bloco po-

deroso e partir com uma nova legenda expressiva desde o nascedouro, e de obter vitórias significativas já nas eleições de novembro, mostram-se ainda relutantes. Mário Covas, por exemplo, faz declarações duvidosas: "Eu nunca fui anunciar que vou sair do partido. Quando for para anunciar, será para dizer que já fui".

Enquanto isso, com o apoio de Covas, e do governador da Bahia, Waldir Pires, os senadores Fernando Henrique Cardoso e Severo Gomes e os deputados Euclides Scalco e Antônio Brito articulam um manifesto rompendo politicamente com Sarney. Mas, segundo dizem alguns políticos envolvidos na empreitada, isto teria contraditoriamente o objetivo de "evitar novos desligamentos do partido".

Enquanto não se toma um rumo mais definido, assiste-se a uma sangria lenta. Desde o início da Constituinte, o PMDB passou de 304 deputados e senadores para 277, na última quinta-feira. Em Minas saiu o constituinte Pimenta da Veiga acompanhado de oito deputados. Anuncia-se, em Alagoas, a saída do senador Teotônio Vilela Filho e do de-



Montoro critica o "desvirtuamento", Lyra já saiu.

putado Renan Calheiros. José Costa saiu dia 29, com Tadeu França, do Paraná. Em Pernambuco saíram Fernando Lyra e Cristina Tavares.

O deputado Sigmarina Seixas, de Brasília, revela o clima no partido por falta de uma alternativa bem definida: "Vai ser o jeito. Todo mundo está saindo e não vou ficar sozinho".

A indecisão dos líderes tem criado uma situação desfavorável ao futuro movimento

progressista que se desprende do PMDB. Boa parte dos que deixam a legenda por conta própria acabam procurando logo abrigo em outras legendas, diluindo, portanto, o capital acumulado. A existência de uma organização relativamente forte, com orientação claramente oposicionista no cenário nacional, poderia em boa parte contrabalançar a rota conservadora do PMDB, além de aglutinar muitos descontentes com a opção atravessada do PT e do PDT.

CPI DA CORRUPÇÃO

## Planalto envolvido

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado que investiga as denúncias de corrupção na concessão de verbas aos municípios por parte do Ministério do Planejamento viveu, na semana passada, situações contraditórias. Por um lado, surgiram os primeiros indícios capazes de responsabilizar membros da assessoria pessoal do presidente Sarney pela prática direta de atos ilícitos. Por outro, o procurador-geral da República, Saulo Ramos, desencadeou uma ampla ação para limitar os poderes da CPI. A ligação entre os dois episódios é evidente.

A hipótese de que haja gente muito próxima a Sarney envolvida em irregularidades surgiu no dia 27. Uma equipe de especialistas em auditoria chefiada pelo senador Maurício Correa (PDT-DR) iniciou uma devassa em Pinheiro (MA), cidade natal do presidente, e constatou fatos dignos de investigação. Só no ano passado, o município recebeu da Seplan Cz\$ 233 milhões de verbas a fundo perdido, o que equivale a três vezes seu orçamento. No entanto, várias obras que deveriam ter sido realizadas com o dinheiro estão em situação precária. O esgoto não funciona, o asfalto está desmanchando, e ruas que deveriam ter sido transformadas em "calçadas" para pedestres receberam apenas cavaletes que impedem a entrada de veículos.

Mais curioso e mais significativo, porém, é que todas as obras ficaram a cargo de uma única construtora, a Andrade Gutierrez, e que os dois filhos do presidente, Fernando Sarney e José Sarney Filho, presenciaram e chegaram a assinar como testemunhas a celebração do contrato entre a Seplan e a construtora.

As suspeitas de irregularidades envolvendo familiares e assessores de Sarney não param por aí. Ao depor perante a CPI, no dia 27, o ex-ministro Aníbal Teixeira acabou fazendo acusações pessoais contra Jorge Murad, secretário particular e ex-gerente do presidente. Segundo Aníbal, Murad com sua influência, sustentou durante vários meses Michal Gartenkraut no posto de secretário-geral da Seplan. E Michal, por sua vez, teria feito insistentes gestões junto a Sarney para que este assinasse um decreto capaz de causar prejuízos de 3 bilhões de dólares ao país.

Aníbal não forneceu qualquer detalhe a respeito do decreto, e a CPI decidiu convocar Murad para depor. Foi então que o Planalto armou uma espécie de teatro para tentar impor limites às investigações. O ministro Ronaldo Costa Couto solicitou "um parecer" a Saulo Ramos sobre a constitucionalidade da Comissão Parlamentar de Inquérito. Este respondeu com um longo documento em que aponta erros secundários e duvidosos no procedimento da CPI, como o fato de as convocações estarem sendo feitas diretamente por seu presidente, ao invés de passarem pelo presidente do Senado.

Boa parte dos membros da CPI parece não ter se intimidado diante destas colocações. O senador Poupeu de Souza (PMDB-DF) chegou a afirmar que "o Saulo é capaz de tudo". Devia estar se referindo ao envolvimento do próprio procurador-geral em vários escândalos, entre eles, a adulteração de decretos do Ministério da Fazenda para favorecer proprietários de grupos financeiros sob intervenção do governo.

## Democracia à moda de Sarney

A visita do presidente Sarney a Parnaíba, no interior do Piauí, fez com que a cidade visse, no último dia 28, um clima de restrição às manifestações populares muito semelhante ao que vigorava durante os governos militares.

Bastou que os militantes do PCdoB e de outros partidos e entidades progressistas abrissem faixas de protesto durante o discurso do presidente para que sobre eles se lançasse o amplo aparato policial destacado para acompanhar a comitiva de Sarney. Vários manifestantes foram detidos. Suas faixas foram confiscadas e a polícia fez questão de afastar a própria imprensa. Só no início da noite os presos começaram a ser libertados.

Realizada a pretexto de inaugurar obras de irrigação, a viagem do presidente ao Piauí foi transformada em oportunidade para novas articulações e discursos a favor do mandato de 5 anos. O ministro Íris Rezende foi o primeiro a referir-se ao tema. Em seguida, o governador Alberto Silva iniciou uma estranha peroração em que chamou de "maléficas" as teses a favor do parlamentarismo e chegou a defender 6 anos para Sarney.

Por último, falou o próprio presidente. Disse que pedira "a Deus" para transmitir o país democratizado a seu sucessor. Foi nesse momento preciso que as tropas policiais calaram os populares que pediam diretas em 88.



Os manifestantes erguem a faixa, pouco antes de serem presos.

PC DO B

# Os 66 anos de um jovem partido

“Com os homens, os anos passam e as pessoas envelhecem. Com os partidos que representam o futuro, os anos passam e os partidos se tornam mais jovens, mais vigorosos, mais experientes ainda.” Com estas palavras o presidente nacional do Partido Comunista do Brasil, João Amazonas, abriu as comemorações em São Paulo dos 66 anos de fundação do PC do B. Em várias outras cidades brasileiras operários, camponeses, estudantes e intelectuais também festejaram com palestras, comícios, shows de música popular o aniversário do mais antigo partido do país.

“Nestes 66 anos de vida”, afirmou Amazonas, “em muitas oportunidades a reação tentou a liquidação do nosso partido. Sem êxito, entretanto! O partido deparou-se com um perigo tremendo em 1939/40: a ofensiva da polícia fascista de Filinto Müller que pretendeu esmagar a organização comunista e destruir os seus quadros. Petulantemente ele chegou a anunciar, às vésperas da II Guerra Mundial, que o Partido Comunista tinha sido liquidado e que por dez anos não se conseguiria mais ouvir falar deste partido. Na verdade, ele pronunciou estas palavras em 1940, e dois anos depois o partido se reuniu na Serra da Mantiqueira numa histórica conferência de reconstrução partidária. Dois anos mais e o partido já estava na legalidade com centenas, dezenas de milhares de aderentes.”

## EM MARCHA PARA OS 100 MIL

Reconquistada a legalidade em 1985, o PC do B vem ampliando dia a dia sua influên-

cia política ao lado de um crescimento sólido de suas fileiras. Para o 7º Congresso do partido, com sua assembléia final marcada para os dias 11 a 15 de maio próximo, a direção nacional do PC do B assegura que sua organização já contará com mais de 100 mil filiados registrados. Hoje existem comitês do partido em cerca de mil municípios brasileiros. João Amazonas, em sua intervenção na festa realizada no auditório Teotônio Vilela da Assembléia Legislativa de São Paulo, afirmou que “através de embates os mais difíceis, o partido vem conquistando pouco a pouco suas posições”. Concluiu, em seguida: — “Podemos dizer, com toda a sinceridade, que o Partido Comunista do Brasil é atualmente mais forte teórica, política, orgânica, cultural e moralmente que em qualquer período de sua história.”

Exemplo da vitalidade do PC do B foi a conquista do objetivo de formação das comissões provisórias em 176 municípios do Estado de Minas Gerais, o que mais municípios agrega no país, além dos



João Amazonas, presidente nacional do PC do B, fala na comemoração dos 66 anos do partido, em São Paulo.

20% exigidos pela atual lei dos partidos. Foi com esta vitória que os comunistas mineiros comemoraram o aniversário do partido, promovendo também um mini-comício na Praça Sete, em Belo Horizonte. Durante o ato, vários oradores destacaram a trajetória democrática, patriótica e socialista do partido. A imposição, na Constituinte, do sistema presidencialista e dos cinco anos de mandato para presidente da República mereceram firme condenação por parte de populares, alguns dos quais ocuparam a tribuna. À noite houve um vibrante forró de confraternização na Associação dos Servidores da Previdência Social.

## HOMENAGEM AOS NEGROS

Em Salvador, várias atividades marcaram a passagem dos 66º aniversário do PC do B. O partido fez uma homenagem especial aos negros e à sua lu-



ta, quando se comemora também o centenário da assinatura da Lei Áurea. Durante toda a semana estará montada na sede do diretório regional uma exposição de fotografias onde a cultura, as condições de vida, a beleza e a religiosidade dos negros estão registrados. Na tarde do dia 25 a Praça da Piedade foi palco de um comício, onde se falou das lutas do partido e se conclamou o povo a participar da campanha pelas diretas em 88, para pôr um fim ao famigerado governo Sarney.

No interior do Estado, os militantes comunistas promoveram várias outras atividades comemorativas, como em Camaçari, na sede da Associação dos Moradores da Gleba B, quando foi realizado um debate, onde Péricles de Souza, presidente do diretório regional da Bahia, falou sobre o partido e a situação nacional.

No Rio de Janeiro os comunistas comemoraram com uma palestra, no auditório da As-

sociação Brasileira de Imprensa (ABI), tendo como tema a luta pelo socialismo e o desmascaramento da *perestroika*, com Rogério Lustosa, da Executiva Nacional do PC do B.

## DESMASCARANDO A PERESTROIKA

“De 1928 a 1954, a URSS cresceu ininterruptamente, com uma média de 13% ao ano, sem crises, sem estagnação e sem decadência moral” disse o dirigente comunista. “O que aconteceu então neste país para que, a partir de 1970, segundo nos informa o próprio Gorbachev, estes fenômenos estranhos ao socialismo voltassem à cena?”

Rogério Lustosa mostrou que as leis econômicas do desenvolvimento do socialismo não conduzem à crises. Que estes fenômenos são típicos de uma economia onde rege o lucro e o crescimento anárquico.

O auditório, cheio, mostrou-se interessadíssimo no as-

sunto, permanecendo por quase duas horas depois da exposição, fazendo perguntas e expressando opiniões. Ficou evidente, no debate, a importância decisiva de um partido revolucionário solidamente alicerçado no marxismo-leninismo.

Em Santa Catarina o ato do partido surpreendeu: mil pessoas se reuniram em Florianópolis com a participação de várias entidades de classe saudando o aniversário do PC do B. O cantor Frank, um dos mais conhecidos do Estado fez uma apresentação especial em homenagem à data. Em Goiânia, os comunistas e muitos democratas convidados participaram de um grande forró com cantadores e poetas da cidade. E no Paraná, em Curitiba, além de uma palestra sobre a atualidade do marxismo, proferida pelo jornalista Luís Manfredini, houve um comício no principal terminal de ônibus da capital na praça Rui Barbosa. (das sucursais)

## CONVERSÃO DA DÍVIDA

# Quem é que se beneficia?

O primeiro leilão para a conversão da dívida externa brasileira em investimentos diretos, realizado dia 29 na Bolsa de Valores do Rio, evidenciou o interesse dos bancos credores estrangeiros pelo mecanismo. Os 150 milhões de dólares ofertados foram arrematados sem grandes dificuldades. O deságio (desconto sobre o valor original do débito) chegou a 27% sobre os 75 milhões de dólares destinados a áreas de investimentos livres e 10,5% no caso dos 75 milhões de dólares de orientação específica para áreas incentivadas (Norte, Nordeste, Vale do Jequitinhonha e Espírito Santo).

Somando o deságio (em que o investidor consente em converter uma determinada quantidade do endividamento por um valor menor em cruzados, no caso de 73% para áreas livres e 89,5% — áreas incentivadas), foi abatido um valor de 186 milhões de dólares — algo em torno de 0,01% da dívida externa brasileira. A corretora Guilder, do grupo holandês NMB, foi quem ficou com a maior fatia do leilão, abocanhando 15,7% do total de con-

versões negociadas. Já o Citicorp, maior credor do país, arrematou cerca de 8%.

## SUCESSO DE QUEM?

O clima na bolsa carioca foi de festa. E não foram poucos os que classificaram a operação como um “grande sucesso”, desde os representantes da bolsa, dos banqueiros até o governo federal. Contudo, cabe a pergunta: sucesso de quem? O grande interesse dos banqueiros em realizar a conversão já constitui uma boa pista. É também sintomático o nível de deságio alcançado, que no caso das áreas livres (em que se investe onde e de que forma o credor achar melhor) atingiu 27%.

Com efeito, os beneficiários do processo são sobretudo os bancos comerciais estrangeiros. Com a conversão eles têm a oportunidade de trocar um tipo de investimentos (os empréstimos) cujo retorno é a cada dia mais duvidoso, e vem sendo alvo de forte contestação popular, por outro (ações, empresas, imóveis) onde a valorização do seu capital é sem dúvida mais segura. Isso expli-

ca o desconto sobre os débitos.

## DESNACIONALIZAÇÃO

E a nação brasileira, por acaso pode orgulhar-se com o “sucesso” do leilão realizado na Bolsa do Rio? O povo será beneficiado? A resposta só pode ser um contundente não. E isto sob os mais variados aspectos. Analisemos as implicações da conversão.

Destaca-se, em primeiro lugar, o caráter desnacionalizante do processo. Cada tostão convertido representa um passo proporcional na invasão do capital estrangeiro sobre a economia brasileira. A desnacionalização será tanto maior quanto mais volumoso for o total de débitos convertidos.

A burguesia brasileira olha esse processo com satisfação, mesmo porque (a cada dia mais associada ao capital multinacional) dele retira uma certa vantagem (algumas migalhas, para ser mais preciso). Até mesmo argumenta que isto possibilita o progresso econômico do país. O povo, contudo, não deve deixar-se enganar. O capital estrangeiro é por natureza espoliador. A história tem provado que, longe de servir aos interesses nacionais, ele acaba arrancando enormes riquezas do país e transferindo às suas matrizes no exterior.

Basta atentar para o que está ocorrendo no Brasil hoje. Ao lado disto, ao dominar cada vez mais o processo de produção e distribuição de mercadorias e serviços, acaba sendo uma ameaça à soberania nacional, intervindo de forma abusiva no processo político, promovendo golpes militares (como em 1964), determinando a política econômica (archo salarial, sucateamento das estatais) e intervindo na Constituinte.

Por fim, cabe notar que a conversão não reduz em nada a transferência de recursos ao exterior, pode até aumentá-la a médio prazo, embora mudando a forma (em vez de juros, remessa de lucros). E, além disto, também não representa novos investimentos e constitui fator de forte pressão sobre o déficit público, já que os recursos em cruzados da conversão têm de ser liberados pelo Banco Central, ou emitindo moeda ou aumentando a dívida interna pública.

## PERNAMBUCO

# PM reprime estudantes

Espancamento, tiros, tentativas de atropelamento, prisões e pressões psicológicas. Foram a resposta da Polícia Militar de Pernambuco à manifestação contra o envio de tropas norte-americanas a Honduras, dia 24 diante do Consulado dos EUA no Recife.

Cerca de 200 pessoas participaram da passeata até o consulado, contando com o apoio de 120 entidades e uma instituição oficial — a Prefeitura. Uma comissão entrou no consulado para entregar um documento de protesto ao representante dos EUA. Do lado de fora, integrantes da União da Juventude Socialista — UJS — começaram a pintar de vermelho e preto (as cores da

Frente Sandinista) a rua.

Uma viatura da PM tentou prender os jovens. O tenente Enéias Dantas Caterelli atacou com chutes o coordenador estadual da UJS, Edilton de Lima, o *Energia*. Revoltados com a agressão, os jovens jogaram latas e saquinhos de tinta contra os policiais. De repente, 12 viaturas da PM surgiram para engrossar a repressão.

Os PMs passaram a perseguir as principais lideranças dos secundaristas — inclusive o presidente do Grêmio da Escola Técnica Federal, Marcelo Caldas. Em resposta, duas viaturas da polícia foram depredadas. Os policiais dispararam seus revólveres, jogaram seus carros contra os manifestan-

tes, usaram cacetes. *Energia* e Marcelo foram presos, juntamente com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Borracha, Antônio Pajeú, e de um advogado.

Os detidos foram ameaçados de serem levados ao paudera-ra (aparelho de tortura). Foram forçados a caminhar em fila indiana diante de 30 soldados e o advogado foi espancado. Em seguida foram levados ao DOPS, ficando por mais de cinco horas nas mãos dos repressores.

Os manifestantes denunciaram a violência e esperam do governador Miguel Arraes medidas concretas para coibir a violência policial. (Jair Pereira, de Recife)

## Desmandos da repressão

Durante o ano de 1987, Recife foi a cidade que registrou o maior número de manifestações de rua do país, segundo dados do Departamento de Trânsito de Pernambuco. A Polícia Militar esteve presente em quase todas, reprimindo com maior ou menor intensidade, dependendo do nível e do objetivo do protesto. Cavalaria, tropas de choque, dezenas de viaturas foram acionadas para atacar grevistas e até jornalistas que cobriam os acontecimentos.

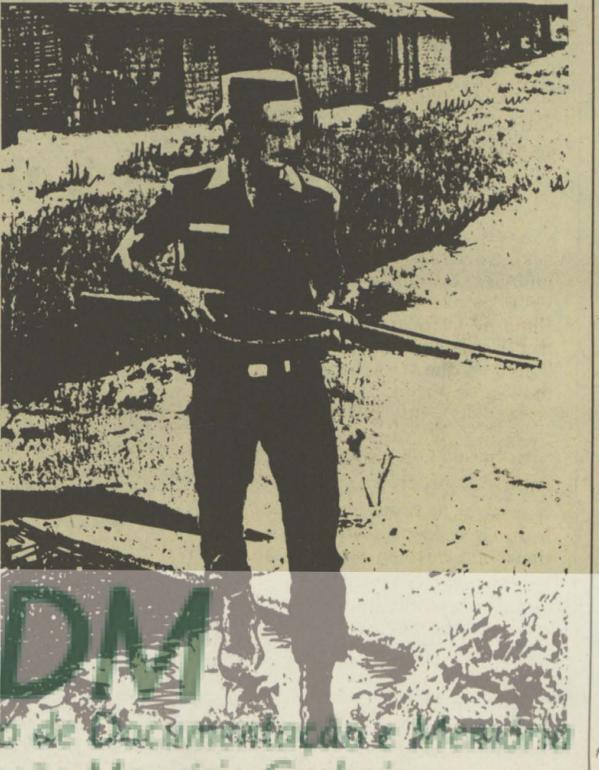
A palavra de ordem “o povo não quer mais a polícia de Arraes” começou a tomar conta das manifestações, revelando a indignação popular ante a constante e ameaçadora presença da PM, muitas vezes desnecessária.

A PM não se orienta apenas à repressão política. Diariamente ocorrem cercos nos morros, favelas e bairros da periferia de Recife. Os policiais, a pretexto de reprimir marginais, agredem gente simples das comunidades. Os PMs chegam altas horas da noite e invadem residências. Transcursos são importunados, tem suas

bolsas remexidas, são submetidos a interrogatórios, sem sequer saber o motivo pelo qual são importunados

pelos “homens da lei”.

E tudo isso com a complacência do governo do Estado.



O leilão atinou a ganância dos bancos estrangeiros credores

## LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

## Critério para o PTar certo

É sabido que entre o desejo e a realidade vai uma enorme distância. Na linguagem política, a medida de uma tática, acertada ou não, é dada pelo resultado que ela produz, aproximando ou afastando o povo da linha estratégica. Muitas vezes uma boa intenção é desperdiçada por uma tática inadequada. Recentemente, na Constituinte, ao oPTar pelo presidencialismo, querendo ou não, certas correntes serviram a Sarney - a quem juram combater - e ao que tem de mais reacionário no país.

## ACUMULAR FORÇAS

Formalmente, a votação na Constituinte era entre parlamentarismo e presidencialismo. Mas, por trás desta aparência, estava em jogo derrotar a oligarquia, representada no momento por Sarney e a camarilha que o cerca, ou aliar-se a ela mantendo o "status quo"? A opção era Sarney ou democracia. E quem oPTou por Sarney, queira ou não, traiu o povo.

A questão merece ser esmiuçada. Como se dá a revolução? É um acontecimento isolado, onde, num determinado momento, não se sabe por que, se resolve mudar tudo? Evidentemente que não. É um processo que envolve um acúmulo de quantidade que, em determinada situação, desemboca numa crise e num salto de qualidade.

Lenin sempre insitiu, com base nesta compreensão, que não bastam os grandes planos, não são suficientes as declarações de princípios. É fundamental encontrar, em cada momento, a forma concreta de abordar as forças inimigas e, em contrapartida, permitir melhores condições de luta para as massas operárias e populares.

## O ELO DA CORRENTE

Neste processo, não se pode fixar a priori qual vai ser o motivo concreto que desencadeia a ruptura revolucionária. Vale lembrar que a grande revolução socialista de 1917 desencadeou-se em torno de questões muito singelas: Paz, Pão e Terra. Nada de muito suntuoso mas coisas palpáveis e muito bem compreendidas pelos oprimidos naquela situação. Aqui no Brasil também, recentemente, a avalanche de massas nas ruas que levou a derrota da ditadura militar foi motivada por duas palavrinhas despretensiosas: diretas - já. Em cada situação é preciso encontrar o elo que permite arrastar toda a corrente.

E, para quem quer agir corretamente, não seria mal recordar autocríticamente que os mesmos que oPTaram por Sarney agora, naquela ocasião, quando o movimento dava seus primeiros passos, desdenhavam o combate dizendo muito empolgados: "Voto não enche barriga de ninguém". Para quem não aprende com a vida, vale o ditado: "Recordar o passado é sofrer duas vezes".

O parlamentarismo, é verdade, não iria, resolver os problemas do país. Apenas iria contribuir para desmanchar um sistema ditatorial que, ao longo de quase 100 anos, serve ao que existe de mais reacionário neste país. E que já nasceu fardado, ou tutelado pelas baionetas. E, instaurar um sistema que, ao permitir que através de pressões se mude governos que se incompatibilizem com o povo, facilitaria a participação popular na vida política.

## O RUMO DA MUDANÇA

O sr. Saulo Ramos, fiel escudeiro da burguesia, exclamou logo após o resultado: "As instituições foram salvas". A frase é exagerada. Mas se o PT tivesse a mesma acuidade, e oPTasse pelo povo, tomaria o caminho que realmente apontava para a mudança das instituições. (Rogério Lustosa)

## DE OLHO NO LANCE

## Passárgada

Lá em Pinheiro - se você não sabe onde é, é bom se informar porque é o berço de Sua Majestade o imperador do Brasil e do Maranhão - tem também uma Praça dos Três Poderes. A delegacia, o cemitério e o cabaré estão sediados neste importante logradouro.

Pensam que nesta metrópole tem Ferrovias Norte Sul? Lêdo engano. Lá também não se faz concorrência, mas é para construção de coisas mais importantes: parque de diversões. É uma corrupção divertida.

E a dívida do município é também imperial. Com um orçamento de 144 milhões de cruzados, o município deve nada mais, nada menos, que 1 bilhão. O prefeito, bem adaptado aos costumes da corte, governa com os amigos e parentes. O fiscal de obras da prefeitura, por exemplo, é afilhado de S.M. José Sarney e cunhado do prefeito.

A cidade recebeu da Seplan, no ano passado, 234 milhões de cruzados - comparem com o orçamento da cidade. Mas não houve nenhum intermediário. Segundo Pedro Lobato, o prefeito, "foi o presidente que deu o dinheiro, ele próprio". Para este ano, Lobato já solicitou uma "complementação" de 860 milhões. E, mostrando suas convicções democráticas, acha que 5 anos é pouco para o mandato de Sarney. "Por mim, ele virava vitalício".

## Trabalhador não tem vez na imprensa burguesa

A imprensa brasileira mantém um comportamento democrático na divulgação de notícias de interesse dos trabalhadores e aquelas de interesse dos patrões?

Infelizmente, a resposta é negativa, embora nenhum veículo noticioso admita de público discriminar informações procedentes de fontes identificadas com os trabalhadores. Na prática diária do jornalismo, existe uma discriminação violenta contra os trabalhadores, conforme provam os números levantados pelo professor Jair Borin, da Escola de Comunicações e Artes da USP, numa pesquisa detalhada abrangendo cinco programas de radiojornalismo, três de telejornalismo e cerca de 100 matérias dos principais diários e revistas semanais do país.

Por meio de uma amostra representativa, sorteada entre os principais programas de radiojornalismo, foram levantados durante um mês todas as fontes ouvidas pelas emissoras "Excelsior", "Globo" do Rio de Janeiro e "Eldorado" de São Paulo. No telejornalismo, a pesquisa levantou os noticiários da "Manchete" e da "Globo".

## O tempo dedicado aos patrões é sete a dez vezes maior

Para quantificar de que maneira o tempo dos noticiários era distribuído entre os representantes das classes sociais, foram identificados cinco segmentos principais que figuram como fontes no rádio e no telejornalismo, sendo eles empresários, trabalhadores, técnicos, políticos e/ou autoridades.

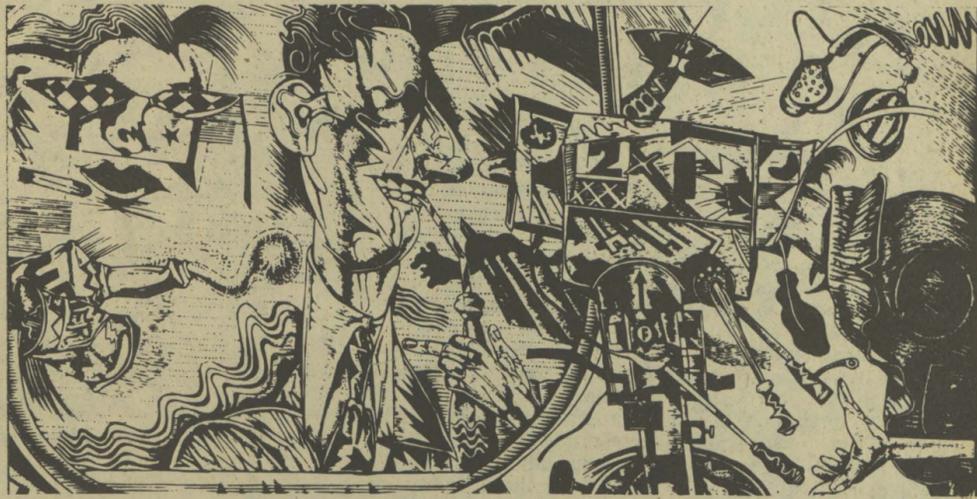
A pesquisa, que serviu de suporte para a tese de doutoramento do prof. Jair Borin, mostrou que o tempo apropriado pelas autoridades nos principais noticiosos de rádio é dez vezes maior do que aquele destinado aos trabalhadores, no mesmo período. Por sua vez, os empresários têm o dobro do tempo das fontes trabalhistas nesses programas.

Essa violenta discriminação contra os trabalhadores se dá com a mesma intensidade nos programas de telejornalismo pesquisados. Enquanto as autoridades e/ou políticos obtiveram sete vezes mais tempo do que os trabalhadores, os empresários também registraram quase o dobro de oportunidades (em termos de tempo) para a defesa de seus interesses.

## Os técnicos das classes dominantes são mais ouvidos

Os técnicos mais ouvidos pelos repórteres, em suas entrevistas para os veículos de rádio e televisão, são aqueles identificados com os interesses das classes dominantes da sociedade. Raras vezes os assessores econômicos do Dieese ou dos sindicatos trabalhistas são ouvidos, enquanto a maior parcela de tempo nos assuntos que envolvem opinião especializada é ocupada pelos economistas do governo ou das entidades patronais.

Esse favorecimento das fontes identificadas com os interesses dos patrões ocorre por decisão deliberada dos proprietários dos grandes veículos de informação, mediante



o controle exercido sobre os cargos de confiança das redações. São raros os editores que ousam manter uma atitude independente. Quase todos se submetem a pressões advindas dos setores mais conservadores da sociedade. Um exemplo ilustrador desse tipo de comportamento dos editores foi o tratamento dado à questão agrária. Salvo raras exceções, tanto os editoriais como as matérias abordando os problemas do latifúndio e da elevada concentração da propriedade no Brasil procuravam confundir os leitores e minimizar a necessidade da reforma agrária no Brasil.

## A ação dos lobbies na grande imprensa distorce os fatos

A palavra lobby, abusivamente empregada no noticiário diário e no referencial de técnicos, políticos e autoridades, significa, em inglês, ante-sala, vestibulo, saguão.

Era o lugar onde ficavam as pessoas que procuravam influenciar as autoridades e/ou políticos.

Atualmente, lobby significa a ação dos grupos que pressionam parlamentares e autoridades para a obtenção de medidas que beneficiem seus clientes ou as entidades por eles representadas. A pesquisa do professor Borin revelou, ainda, que embora seja freqüente a atividade lobista, sobretudo no Congresso e junto aos ministérios, em Brasília, poucos são os grupos ou profissionais que admitem a sua prática. Muitas vezes, a prática do lobby se confunde com o tráfico de influência e a corrupção.

A pesquisa mostrou que os trabalhadores estão pouco representados no Congresso Nacional e na Constituinte. Enquanto os principais segmentos dos patrões dispõem de lobbies poderosos no Palácio do Planalto, os trabalhado-



Jair Borin é professor da Escola de Comunicação da USP

res mal conseguem ter acesso aos principais ministros das áreas econômicas. Um dado interessante é que os sindicatos trabalhistas estão conscientes da importância do lobby. Nesse sentido, eles criaram o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), que conta com o apoio das duas maiores centrais sindicais do país, a CUT e a CGT.

O alvo preferencial do trabalho dos lobistas é a grande imprensa, além das influências que eles procuram exercer sobre o governo e o Congresso Nacional. Graças a um trabalho bem articulado desses lobbies identificados com as classes dominantes, as versões dos fatos mais favoráveis aos patrões são as mais divulgadas.

Essa atuação do lobby na imprensa se dá por meio de três linhas distintas, conforme mostra o estudo do professor da ECA. A primeira busca influenciar os proprietários de jornais e os jornalistas que ocupam cargos de confiança nas redações sobre a justeza das reivindicações ou dos argumentos da empresa ou dos grupos econômicos e sociais para os quais os lo-

bistas trabalham. A segunda se processa no sentido de manter permanentemente nas páginas dos jornais ou no tempo das emissoras de rádio e televisão as versões dos fatos que beneficiem os setores sociais identificados com os grupos lobistas. A terceira, fornecendo aos editores as versões dos fatos que interessam aos grupos representados pelo lobby. Na coluna do leitor do jornal "O Estado de S. Paulo", por exemplo, só são divulgadas cartas favoráveis ao capital estrangeiro, dos defensores da pena de morte e do latifúndio, contra os partidos identificados com os interesses das forças progressistas e dos trabalhadores.

Um exemplo marcante do lobby junto à grande imprensa é o montado pela UDR - União Democrática Ruralista, que nada tem de democrática e só defende os interesses dos latifundiários mais retrógrados do Brasil. Seu principal dirigente tem acesso direto aos programas noticiosos de todas as emissoras de televisão do país e espaço garantido em pelo menos três editoriais do jornal o "Estado de S. Paulo": política, agropecuária e economia.

## A necessidade da imprensa operária

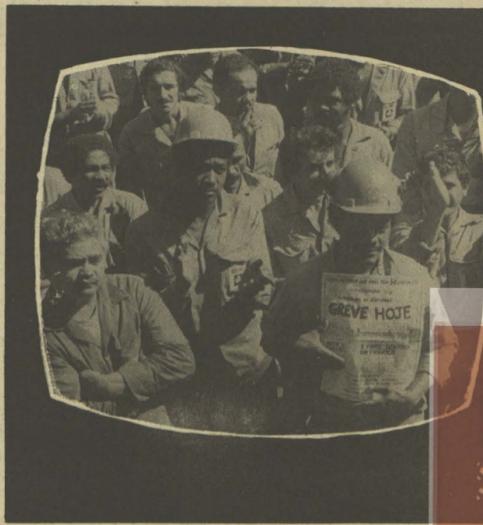
A tese do professor Jair Borin ilustra concretamente o caráter de classe da imprensa em nosso país. Os trabalhadores e especialmente a classe operária não podem ficar à mercê dos noticiários divulgados pela imprensa burguesa, que induzem seu público leitor a formar uma visão distorcida da realidade. Os jornalistas, trabalhando sob rigorosa pressão dos patrões,

têm suas próprias idéias sufocadas pela linha editorial, freqüentemente tendo que dourar os fatos, dispondo para essa tarefa de um aparato formidável que vai dos computadores aos satélites artificiais.

Mesmo enfrentando muitas dificuldades, impostas pelo monopólio da distribuição e venda de jornais e revistas, dos preços elevadíssimos de todos os itens

de produção gráfica e de todo o tipo de restrições que fontes governamentais e privadas impõem a órgãos de imprensa ligados aos trabalhadores, é imprescindível a manutenção e o fortalecimento da imprensa proletária e mesmo a imprensa democrática e progressista, que luta pela ampliação das liberdades e em defesa da soberania nacional.

## A diferença entre os tempos dos patrões e dos trabalhadores



1 X 7



CDM  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

RESPOSTA AO ARROCHO

# Sindicatos discutem greve geral

Na próxima quinta-feira, dia 7, o movimento sindical paulista fará uma assembléia intercategorias na Praça da Sé para definir a forma unitária de luta contra a política de arrocho salarial do governo Sarney. Esta foi a principal decisão da plenária realizada no último dia 30, que reuniu representantes de 91 sindicatos, cinco federações e cinco associações de servidores públicos. O encontro foi convocado pelas duas centrais sindicais (CGT e CUT) e por sindicalistas independentes.

Apesar de não definir claramente a pauta dessa jornada de mobilização, a plenária levantou alguns de seus itens. O principal é a luta contra a extinção da URP (Unidade de Referência de Preços). Outros dois eixos importantes são a exigência de reposição salarial e do reajuste mensal de salário com base nos índices do Dieese. As lideranças sindicais paulistas se comprometeram a apresentar na assembléia do dia 7 uma proposta concreta de pressão sobre o governo. Uma das idéias existentes é a da realização de uma greve geral de advertência em todo o país.

"A ofensiva reacionária do governo Sarney obrigou as centrais a discutirem um plano de ação conjunto. Caso contrário elas perderiam totalmente o crédito diante dos trabalhadores", explica Nivaldo Santana, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Purificação de Água e Esgoto de São Paulo. Para ele, só a atuação unitária do sindicalismo poderá barrar a política de arrocho do governo Sarney.

Conforme explicou o presidente do Dieese, Walter Barel-

li, "esse é o pior ano da vida dos trabalhadores em termos salariais. O salário atual é inferior ao de dezembro de 84. E mesmo mantida a URP, só daqui a 20 anos o assalariado brasileiro recuperaria o seu poder aquisitivo". Durante sua exposição aos sindicalistas, Barelly demonstrou que a URP é um mecanismo de correção mensal que não corrige os salários. "Entretanto, o governo quer acabar com esse mecanismo sem colocar outro em seu lugar, o que representaria ainda maior arrocho".

## UNIDADE PRECÁRIA

A plenária paulista evidenciou a necessidade de maior união do movimento sindical. O representante da Coordenação Nacional dos Trabalhadores das Estatais alertou para o fato de que "o governo primeiro atacará o salário dos funcionários das estatais e depois investirá contra os trabalhadores das empresas privadas. Se estivermos divididos não teremos como resistir". A própria assembléia do dia 7 foi marcada para coincidir com o Dia Nacional de Mobilização dos funcionários das estatais.

Mas apesar desse espírito unitário positivo, a plenária também demonstrou as dificuldades de ação do sindicalismo. Não houve consenso nem na elaboração da pauta de reivindicações. Quanto as formas de luta a situação é ainda mais complicada. Ao mesmo tempo que se fala em greve geral, sindicalistas de direita vinculados à CGT realizam conchavos de bastidores com a Fiesp — a principal entidade dos empresários. Por sua vez, setores da CUT insistem na proposta conciliadora e ilusória de promover um "acordo



A reunião sindical do dia 30 decidiu convocar uma assembléia intercategorias para discutir greve geral

coletivo nacional" com os patrões e o governo.

Segundo Nivaldo Santana, a existência destas posições equivocadas "fez com que a discussão política na plenária fosse tímida. Não definimos direito o alvo da nossa luta porque há ainda setores sindicais que manifestam ilusão com uma possível negociação com o governo falido de Sarney e outros que pregam abertamente a conciliação com os patrões".

Outro aspecto negativo da plenária de São Paulo foi a nítida ação de discriminação política. Os representantes do bloco progressista que discordam da direção da CGT não tiveram direito de expressar suas opiniões. "Se quisermos enfrentar a política do governo será preciso uma ampla e verdadeira unidade. Qualquer marginalização nesse sentido é prejudicial", conclui Nivaldo Santana — um dos que tiveram a palavra cassada.

## Plenária dia 9

Está tudo pronto para a realização da Plenária Nacional de Entidades Sindicais no dia 9 de abril. Convocada por 15 CGTs estaduais e por vários sindicatos de peso — como o dos Metalúrgicos de Porto Alegre e de Betim —, ela discutirá a crise atual desta central sindical e os rumos do sindicalismo após a Constituinte.

Segundo os organizadores do evento, a infra-estrutura do local do encontro, na Universidade de Campinas (Unicamp), está toda arrumada. Os cartazes de convocação da plenária já foram enviados para os Estados. Os participantes — um por entidade sindical — terão hospedagem gratuita e a refeição será servida no restaurante universitário. Os

organizadores informam ainda que a proposta da plenária encontrou grande receptividade e que vários sindicatos já confirmaram sua presença. A previsão é da participação de mais de 300 entidades sindicais.

Em função disso, a plenária tem gerado grande preocupação da maioria direitista da Executiva Nacional da CGT. Tanto que ela divulgou uma circular tentando desmerecer a iniciativa de grande parte das CGTs estaduais. Num linguajar anticomunista e ameaçador, a maioria da Executiva tenta vender a idéia de que a plenária é organizada apenas pelos militantes sindicais do PCdoB. Sua postura autoritária gerou revolta e maiores adesões à Plenária Nacional do dia 9 de abril.

## Eleição nos médicos

Nos dias 27 e 28 de março ocorreu o Congresso Nacional dos Médicos, no Rio de Janeiro, que contou com 126 delegados inscritos, representando os 35 sindicatos da categoria no país. O evento teve três pontos de pauta: conjuntura política; situação do sistema de saúde; e eleição da nova diretoria da Federação Nacional dos Médicos. Esta foi eleita em congresso pela primeira vez na sua história.

Na questão política, os congressistas aprovaram a luta por diretas em 88; pela reforma agrária; e pelo não pagamento da dívida externa. Quanto as lutas da categoria no campo da saúde, o congresso deliberou prosseguir a campanha pela reforma sanitária e por um sistema único de saúde.

Já na eleição da nova diretoria da Federação houve maior controvérsia e disputa. A maioria dos sindicatos da categoria propunha a formação de uma chapa única, que englobasse todas as entidades sindicais médicas e prioriza-se as de maior peso. So que a postura exclusivista de setores da CUT, que preferiram lançar uma chapa pura, inviabilizou a proposta. No final os cutistas foram derrotados no seu sectorismo, obtendo apenas 36 votos. Uma chapa ampla, reunindo várias forças que atuam na categoria, conseguiu 84 votos. Para Júlia Roland, eleita para nova diretoria da Federação, "o congresso foi vitorioso, apesar de ainda ter algumas falhas na discussão com a base médica. O maior êxito foi a derrota dos setores sectários".

## Repressão no Pará

O professor Neyvaldo Luz foi o mais duramente castigado pela Polícia Militar do Pará, durante manifestação realizada pela categoria diante da Secretaria de Educação Estadual: teve os testículos estourados por um chute desferido por soldado da PM. Os professores reclamavam uma audiência com a secretária da Educação, Therezinha Gueiros, mulher do governador do Estado, Hélio Gueiros.

Os policiais militares, convocados para "manter a ordem", tentaram evacuar o prédio da secretaria a golpes de cassete e acabaram encontrando resistência. O saguão de entrada do prédio se transformou numa verdadeira praça de guerra. A Federação Paraense dos Profissionais em Educação, Pública, estima em 500 o número de manifestantes presentes ao ato. A entidade pediu ao governo a instauração de inquérito administrativo para apurar responsabilidades e continua exigindo a reposição de perdas salariais calculadas em 117%, enquanto o governo concede apenas 60% de reajuste.

## Índios massacrados

Perto da fronteira do Brasil com a Colômbia, no município amazense de Benjamin Constant, foram assassinados quatorze índios tikuna por madeireiros da região na segunda feira passada. A grave denúncia é do Conselho Indígena Missionário (CIMI) na Amazônia. Segundo a nota divulgada pelo CIMI, os índios foram atacados por um grupo de cerca de 20 homens armados, liderados pelo madeireiro Oscar Castelo Branco, nas cercanias da Casa do Índio Azeliari Flores Salvador.

Além destes quatorze, segundo o CIMI, entre eles algumas crianças, outros 21 índios ficaram feridos e vários estão desaparecidos. Os tikuna habitam uma área aproximada de 121 mil hectares, com 250 km de perímetro. Em sua nota, o CIMI exige a apuração de eventual responsabilidade de funcionários e dirigentes da Funai pela ausência de providências para evitar a agressão, além da imediata retirada de todos os ocupantes não índios da região.

## Vitória dos mineiros

Após 48 dias de greve, os dois mil e cem mineiros de Criciúma (SC) encerraram o movimento conquistando um reajuste de 60,91%, acrescidos de um abono de C\$ 6 mil sobre o salário de dezembro, o que equivale a um aumento global de 127,5%, a ser pago a partir de janeiro. Os mineiros estavam lutando pelo cumprimento da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que propunha 145,2% de reajuste sobre o salário de dezembro.

Apesar de não atingir essa meta, os operários da Carbonífera Próspera equiparam seus salários aos trabalhadores das demais companhias de extração de carvão. Foi uma dura batalha contra a exploração capitalista, que confrontou inclusive com a força repressiva do Exército na tentativa de conter as manifestações dos grevistas e divulgar suas reivindicações. Como resultado do acordo, a empresa ficou de pagar todos os atrasados até o dia 8 de abril.

METALÚRGICOS/RJ

## Manobras para filiar à CUT

O Sindicato dos Metalúrgicos do Município do Rio de Janeiro é agora filiado à CUT. A decisão, que ocorreu em uma tumultuada assembléia da categoria, realizada no dia 25 de março na sede da entidade, sem dúvidas não é muito positiva para os trabalhadores. Em primeiro lugar, porque expressa um rompimento de um acordo entre as três correntes que compõem a atual diretoria, acordo este celebrado antes das últimas eleições sindicais. Em segundo, porque atropela a campanha por reposição das perdas salariais levada atualmente pelos metalúrgicos da região.

Quem dirige hoje o sindicato são os antigos membros da oposição. Reunidos na Chapa 2, eles ganharam as eleições do pelego Valdir Vicente, vinculado ao chamado sindicalismo de resultados. A unidade de três diferentes correntes (Oposição Sindical Metalúrgica, ligada à CUT; Movimento Socialista Metalúrgico, também da CUT e Garra Metalúrgica, independente) foi o que possibilitou a vitória contra direita (à época das eleições até o cu-

pincha da Fiesp Luiz Antonio Medeiros foi ao Rio fazer campanha para Valdir Vicente). Um resultado, aliás, de grande importância para o movimento sindical brasileiro.

### MANOBRAS DA CUT

Para garantir a unificação as três forças que compõem a atual diretoria firmaram um termo de compromissos (assinado por Washington Costa, em nome da Oposição Sindical Metalúrgica, Renato Artur, da Garra Metalúrgica e Roberto da Silva, pelo Movimento Socialista Metalúrgico), datado do dia 25 de julho de 1987. Entre outras coisas, o documento dispõe de forma mais que explícita "que a discussão sobre a filiação do sindicato às centrais seja ampla e democraticamente realizada junto à categoria, e em particular através dos instrumentos de informação do sindicato; e definida em um congresso da categoria", bem como "que temos o compromisso de luta pela unidade e unicidade do Movimento Sindical Brasileiro".

Um compromisso, por si-

nal, democrático, que visava garantir uma participação mais ampla das bases na discussão e possibilitar uma definição mais madura. A CUT, entretanto — precisamente aquela central que adora bazoiar sobre a construção de um sindicalismo pelas bases —, não manifestou muita preocupação com tal acordo. E manobrou com seus representantes no sindicato para que traíssem os "termos de compromissos" assinado antes das eleições. Comportamento calado em interesses menores e decididamente pouco honestos. Antes mesmo da assembléia que decidiu pela filiação, um documento da Secretaria de Finanças da CUT (de circulação restrita, contendo a previsão orçamentária das contribuições à entidade por parte dos sindicatos filiados), já previa a colaboração do Sindicato dos Metalúrgicos do Município do Rio. Em nada menos de que C\$ 150 mil por mês a partir de abril. Isto quando a situação financeira do sindicato é difícil e até mesmo os salários dos funcionários estão em atraso.

"A filiação também prejudica a campanha salarial", observa o secretário-geral da entidade, Renato Artur. Com efeito, a assembléia que decidiu pela vinculação à CUT foi convocada também para discutir a luta pela reposição salarial, mas isto acabou sendo prejudicado. Elementos estranhos à categoria (na base do sindicato) foram levados pelos cutistas, chegaram a votar e promoveram vaia aos que falavam contra a filiação. Isto acabou esvaziando a assembléia. (da sucursal).



Os trabalhadores de menor renda perderam ainda mais em janeiro

## DESEMPREGO

### Ecoss da recessão

A vida está ficando ainda mais difícil para os trabalhadores. A pesquisa do Dieese e Seade (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados) sobre mercado de trabalho e níveis de rendimento na Grande São Paulo revela que ocorreu um significativo aumento do desemprego na região durante o mês de fevereiro.

A redução do nível de ocupação, -1,6% sobre o mês anterior, foi a maior já verificada pela pesquisa. Isto aumenta para 754 mil o total de desempregados na Grande São Paulo. A taxa de desocupação passou de 9,4% (em janeiro) para 9,9% em fevereiro. O número estimado de pessoas ocupadas, por outro lado, declinou de 6.970.000 para 6.859.000.

### RECESSÃO

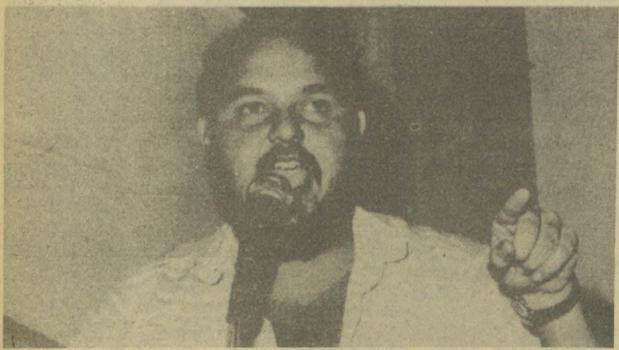
Variações negativas no índice de emprego durante o mês de fevereiro são observadas desde que os dois órgãos iniciaram a pesquisa, decorrente de fatores próprios do início de anos. Porém, desta vez a elevação da taxa de desemprego foi excessiva e ocorreu "a despeito da redução da População Economicamente Ativa verificada no mês. Diante disso, não se pode imputar somente a fatores sazonais a relativa deterioração da situação do mercado de trabalho na Grande São Paulo nesse início de ano, mas também a influência da situação econômica adversa pela qual vem passando o país". Ou seja, à recessão.

A redução do nível de ocupação foi verificada em todos os setores de atividade econômica: - 0,4% na indústria (equivalente à eliminação de 8 mil postos de trabalho), -2,3% no comércio (novos 23 mil desempregados), -1,6% no setor de serviços (ou -45 mil postos) e -4,0% em outros setores (-35 mil empregos).

O município de São Paulo, individualmente, apresentou uma elevação da taxa de desemprego (mais 6,7%) superior a dos demais municípios. A pesquisa indica, ainda, que as mulheres, "que usualmente apresentam uma taxa de desemprego superior a dos homens, tiveram, neste mês, um incremento de sua taxa de 8,1%, muito superior ao verificado para os homens, que foi de 2,6%".

Já a taxa de desemprego entre os negros evoluiu de 12,3% para 13% no período, enquanto o da população não negra subiu de 8,3% para 8,7%. Observa-se que a taxa de desemprego entre os negros, além de mais elevada, também cresceu relativamente mais: 5,7% contra 4,8% dos não negros.

Em termos gerais houve uma ligeira recuperação da média geral de rendimentos no mês de janeiro. Contudo, isto ocorreu basicamente em função de ganhos obtidos no setor serviços, em particular pelos empregados de maior renda: O grupo de rendas inferiores sofreu um arrocho de 4,3%. O salário médio real em janeiro representava apenas 80,1% do nível de dezembro de 1984.



Renato, secretário-geral do sindicato: "Foi um golpe na unidade"

BANCÁRIOS

## Encontro define calendário de luta

Com a presença de mais de 2 mil ativistas sindicais, realizou-se no último dia 26, em São Paulo, o Encontro Nacional de Lideranças Bancárias. Participaram sindicalistas de todos os Estados, representando os 147 sindicatos e as 13 federações existentes na categoria, além da Contec (Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito).

O encontro discutiu a luta salarial unificada dos bancários aprovando uma pauta de reivindicações comum e o calendário

de mobilização. Entre os dez itens da pauta, quatro se destacam: a reposição das perdas salariais; reajuste mensal de salários com base no índice do Dieese; contra a extinção da URP; e piso salarial equivalente ao mínimo do Dieese.

A principal preocupação das lideranças bancárias foi a de procurar a unidade com as demais categorias de trabalhadores. Nesse sentido foi aprovado o dia 7 como Dia Nacional de Mobilização contra o Arrocho Salarial. O

comando dos bancários, que reúne as principais entidades sindicais da categoria, deverá procurar as centrais e os sindicalistas independentes para propor uma campanha unificada pela reposição salarial. Sua proposta será de uma greve geral de advertência contra o governo Sarney no dia 10 de abril. Caso a proposta não se viabilize, o comando se reunirá novamente dia 11 para marcar a data da greve nacional da categoria e avaliar a disposição de luta dos bancários.



Dezenas de secundaristas foram assistir ao ato-show que lembrou a morte de Edson Luís em São Paulo

DIA DE LUTO E LUTA

# Protesto com arte

“De vez em quando todos os olhos se voltam para mim, Edson Luís/ lá de dentro da escuridão/ querendo que eu seja herói/ mas eu sou inocente.” Com esta música, intitulada “Todos os Olhos”, escrita em 1973, Tomzé, um dos grandes compositores da MPB, saudou o ato-show promovido pela União Metropolitana e União Paulista dos Estudantes Secundaristas, que levou dezenas de estudantes ao Teatro Caetano de Campos em São Paulo, dia 28 de março. Este ato-show fez parte de uma extensa programação dos secundaristas brasileiros que tinham atividades convocados em todos os Estados, conforme orientação da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas.

O ato-show de São Paulo foi marcado pela combatividade e pela garra juvenil dos estudantes. Relembrando o assassinato de Edson Luís de Lima Souto, ocorrido no Rio de Janeiro há 20 anos atrás, cuja data de morte passou para a história do movimento estudantil secundarista como o “Dia de luto e luta”, vários oradores, na sua maioria representando entidades jovens e estudantis, se sucederam ao microfone exigindo o fim dos aumentos abusivos das mensa-



A presença dos secundaristas no ato: luta por um ensino melhor

lidades e o ensino público e gratuito para todos.

Participaram do ato e fizeram uso da palavra representantes da União Paulista dos Estudantes Secundaristas, da União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas, da União Nacional dos Estudantes e da União da Juventude Socialista entre outros. Todos eles destacaram a necessidade hoje da organização e da participação dos estudantes na luta pela conquista dos seus direitos específicos e pelo fim do governo de José Sarney, exigindo diretas em 88.

Além destes, participaram do ato Aldo Rebelo, ex-presidente da UNE, que falou em nome do PCdB, lembrando

os nomes de outros estudantes que, como Edson Luís, morreram na luta pela liberdade e pelos direitos do povo, como Honestino Guimarães, José Carlos da Mata Machado, Helenira Rezende, etc. Também esteve presente Bernardo Joffily, vice-presidente da Associação Municipal dos Estudantes Secundaristas do Rio de Janeiro à época do assassinato de Edson Luís, representantes do PSB e do PCB.

Entre um orador e outro, vários grupos musicais se apresentavam e prestavam a sua homenagem ao Dia do Secundarista, como a banda “Cobra de Cipó”, “Paçoca”, “Mão Dupla” e outras. Um dos músicos que participou do ato, Sérgio Coelho, do Rio de Janeiro, enfatizou a necessidade de um maior incentivo à cultura, de que os estudantes tenham mais acesso e possam fazer arte de alguma forma.

Encerrou o ato-show o grupo “Tarancon” que foi muito aplaudido. Na apresentação deste grupo, dois diretores da UPES lembraram as lutas de todos os povos e da juventude da América Latina contra a opressão e pela liberdade, contra as ditaduras e pela democracia. (Maria José Lopes Leite)



Tomzé durante a apresentação no Teatro Caetano de Campo

# Opressão no hospital



fala o POVO

O hospital regional de Chapecó (SC) é uma instituição dos camilianos do sul, *made in Italy*, da congregação dos camilianos internacional, com sede em Roma. Quando da sua fundação, o hospital já tinha feito cambalacho com o então governador Esperidião Amin, do PDS. Foi feita uma negociata entre a instituição e o governo colocando em regime de como data o edifício do hospital por 5 anos e dando cargos privilegiados a filiados e dirigentes do PDS e PFL, como os senhores José Cleber Nascimento Costa, Hilton Roveri, Ewerton Donato, Telmo Domingos Zanin, etc.

A empresa visa um lucro “louco e selvagem” e seus

funcionários ganham um salário miserável, que só dá para comer. Cerca de 80% dos trabalhadores ganham de 1 a 1,5 salário por mês. Muitos companheiros têm que trabalhar em outro hospital da cidade para sobreviver.

O hospital funciona há mais de um ano, mas somente 20% de sua capacidade é utilizada. O 3º e 6º andares estão completamente abandonados, com teias de aranha e outros bichos. Há equipamentos de Raio X sobrando no 4º andar, e os técnicos afirmam que só 1/5 dos equipamentos caríssimos importados da Alemanha são utilizados, sem falar do cê-sio 137.

Funciona no hospital um

sistema de policiamento bestial. São proibidas reuniões com mais de três funcionários. Há uma “Pastoral da Saúde” que só faz reprimir os funcionários. Todos os trabalhadores, para serem contratados, passam por uma série de testes. Assinam contrato por 3 meses e depois por mais 1 mês. Normalmente, cerca de 50% não chegam ao contrato definitivo. Os funcionários são forçados a se filiar no PDS ou PFL. Teve mês que a rotatividade do pessoal chegou a 12%. (um leitor da T.O., de Chapecó-SC)

# Mochel morre em acidente

No dia 25 de março um acidente de moto tirou a vida de José Augusto Mochel, colaborador da *Tribuna Operária* e militante do Partido Comunista do Brasil. Com 39 anos, médico anestesista, Mochel foi criado no Maranhão e cursava pós-graduação em Farmacologia em São Paulo. Durante vários anos foi professor da Universidade Federal do Maranhão.

Membro do PC do B desde a adolescência, Mochel participou ativamente do movimento estudantil em São Luís. Em 1968 foi eleito

delegado para o congresso da UNE em Ibiúna, São Paulo, realizado na clandestinidade, onde foram presos vários estudantes, inclusive o próprio Mochel. Em meados da década de 70, foi casado de suas funções de médicos do INPS devido à sua atuação oposicionista. Só recentemente foi anistiado, reintegrando o quadro de funcionários do Inamps. Em 1982 foi candidato a deputado federal no Maranhão, na legenda do PMDB, ficando como segundo suplente do partido.

Mochel era colaborador

assíduo da *Tribuna Operária*, onde publicou uma série de artigos sobre a teoria da evolução — o último dos quais, sobre a origem da vida, estava em elaboração. Na edição passada, publicamos a última colaboração de Mochel: um artigo sobre o filme “Wall Street”.

Todos os que o conheceram mais de perto atestam a sua constante preocupação com o estudo, com a preparação teórica dos comunistas. Mochel era igualmente um ativista da sua área de trabalho, sendo dirigente da Associação Nacional dos Pós-Graduandos.

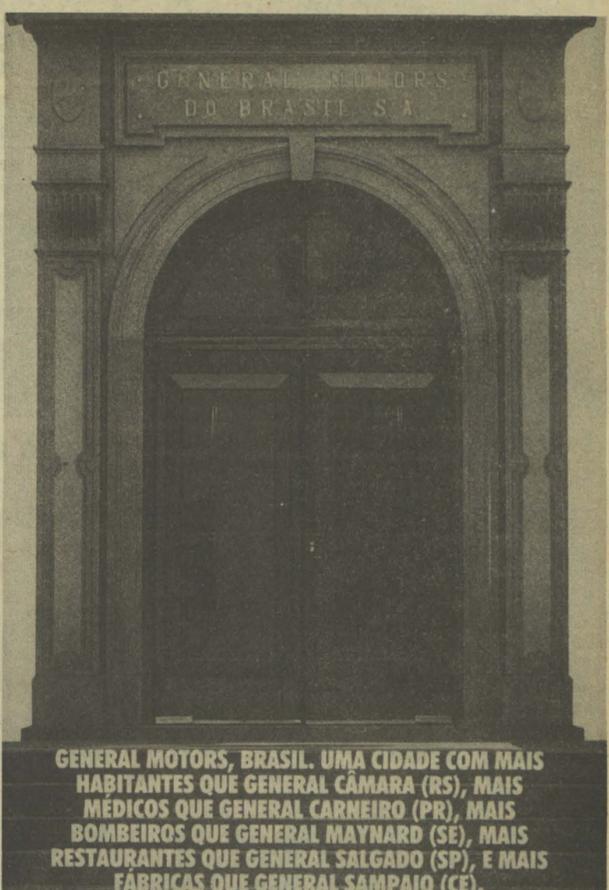
GM “DO BRASIL”

# Uma cidade multinacional

Uma cidade com mais habitantes que General Câmara, no Rio Grande do Sul, e que recolhe mais impostos que a maioria dos municípios brasileiros. Não tem direito a eleger prefeito e vereadores. É dirigida por um punhado de magnatas, que segue religiosamente o que lhe ditam os grandes patrões norte-americanos. Se os 22 mil trabalhadores desta cidade reclamam e organizam greves, podem ser sumariamente colocados fora de suas fronteiras.

Mas não para aí o escândalo. O “município” em questão é a multinacional General Motors “do Brasil”. Em material de propaganda publicado em diversos órgãos de imprensa, ela confessa que tem mais médicos (14) que General Carneiro, no Paraná; mais bombeiros (14) que General Maynard, em Sergipe; mais restaurantes (nove) que General Salgado, em São Paulo, e mais fábricas (dois) que General Sampaio, no Ceará. Tem ainda cinco ambulatórios, duas linhas de ônibus, 26 carteiros, que transportam 44 quilos de correspondência por dia, duas gráficas e uma revista mensal com 25 mil exemplares. Um verdadeiro enclave colonial, que usa e abusa da mão-de-obra e das matérias-primas brasileiras e dos favores de todo tipo concedidos pelos governos entreguistas da burguesia. E, evidentemente, manda os lucros para a matriz.

A comparação com uma cidade é da própria General Motors. E, seguindo o mesmo raciocínio, os brasileiros tem motivos de sobra para ficar alertas. A Volkswagen tem o dobro de funcionários. E a im-



O anúncio da GM: soberania estrangeira em território brasileiro

prensa já publicou também que, em função dela, trabalham mais de um milhão de pessoas em empresas que fornecem autopeças, tinta, pneus, e outros serviços.

Estas cidades estrangeiras incrustadas por todo o Brasil distorcem flagrantemente o desenvolvimento econômico,

gozam de privilégios extraordinários, fazem chantagem sobre os governos — como aconteceu recentemente com a Autolatina que ameaçou sair do país — e ainda organizam lobbies na Constituinte. Estes grupos de pressão atuaram com particular intensidade na votação dos direitos dos trabalhadores.

## Livraria Vitória

MARX		
Miséria da Filosofia		
Contribuição à crítica da Economia Política	680,00	
A origem do capital	410,00	
ENGELS		
A origem da família, propriedade privada e Estado Dialética da natureza	980,00	
Do socialismo utópico ao socialismo científico	810,00	
STALIN		
Problemas econômicos do socialismo na URSS	390,00	
Fundamentos do leninismo	250,00	
LÊNIN		
Imperialismo, fase superior do capitalismo	510,00	
	380,00	
O trabalho do partido entre as massas	465,00	
O Estado e a revolução	795,00	
Aliança da classe operária e do campesinato	310,00	
Materialismo e empiriocriticismo	400,00	
Contra o trotskismo	1.850,00	
Obras escolhidas (três volumes) — cada	800,00	
Obras escolhidas (de Marx e Engels, três volumes) — cada	800,00	
Pedidos pelo reembolso postal ou com cheque nominal no valor da compra. Esta lista de preços é provisória. Livraria Vitória, rua dos Bororós, 51, CEP 01320, São Paulo, capital.		

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53 — Bela Vista — São Paulo - SP — CEP 01318 — Telefone: 36-7531 (DDD 011) — Telex: 1132133 TLOBR  
 Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira  
 Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Olívia Rangel, Bernardo Joffily  
 ACRE: Rio Branco: Edifício Felício Abrahão, 2º andar, sala 32 — CEP 69900  
 ALAGOAS — Arapiraca: Pça. Luís Pereira Lima, 237 Sobreloja CEP 57000  
 Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183 — Centro — CEP 57000  
 AMAZONAS — Manaus: R. Simon Bolívar, 231 (ant. Pça. da Saudade) — Caixa Postal 1439 — Rua João Pessoa 53, São Lázaro. Fone: 237-6644 — CEP 69000  
 BAHIA: Camaçari: R. José Nunes de Matos, 12 — CEP 42.800  
 Feira de Santana: Av. Sr. dos Passos, nº 1399 — 2º andar — sala 1415 — CEP 44100

Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928 1º andar sala 1 — Centro — CEP 45600. Itapetinga: Av. Santos Dumont, 44 1º andar Centro. Juazeiro: Rua Américo Alves, 6-A CEP. 44060. Paratinga: Rua Marechal Deodoro, 30 Centro CEP 47500. Salvador: R. Conselheiro Junqueira Ayres, 41 — Barris — CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de setembro (prédio da ant. Cimesf) — CEP 43700  
 DISTRITO FEDERAL: Brasília: HIGS Bloco G Casa 67 — CEP 70302 — Telefone 225-8202  
 CEARÁ — Fortaleza: Av. Tristão Gonçalves, 789 CEP 60000. Iguatú: Pça. Otávio Bonfim, s.n. Altos — CEP 63500. Sobral: Av. Dom José, 1236 sala 4 CEP 62100  
 ESPÍRITO SANTO — Cachoeiro do Itapemirim: Pça. Gerônimo Monteiro, 89 sala 2 Centro — CEP 29300. Vitória: Rua Prof. Baltazar, 152 CEP 29020  
 GOIÁS — Goiânia: Rua 3, nº 380 casa 6 CEP 74000. Anápolis: Rua 14 de ju-

# Tribuna Operária

lho, 821 Centro — CEP 77100  
 MARANHÃO — São Luís: Rua Osvaldo Cruz, 921 Centro Fone: 221.5440 CEP 65000  
 MATO GROSSO — Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 Fundos CEP 78030 — Fone 321-5095  
 MATO GROSSO DO SUL — Campo Grande: Rua Maria Madalena, 5 CEP 79010  
 MINAS GERAIS: Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 Centro — Fone 224-7605 — CEP 30000  
 PARÁ — Belém: Rua Manoel Barata 993 CEP 66000  
 PARAIBA — João Pessoa: Pça. 1817 nº. 116 2º andar Centro CEP 58020

Campina Grande: Praça da Bandeira, 117 1º andar Centro CEP 58100  
 PARANÁ — Curitiba: Rua Saldanha Marinho, 370 2º andar CEP 80000 Fone: 222-9120. Londrina: Rua Sergipe, 984 sala 205 2º andar CEP 86100  
 PIAUI — Teresina: Rua Desembargador Freitas, 1459 Fone: 222.2044 CEP 64000  
 PERNAMBUCO: Cabo: Rua Vigarito Batista, 285 CEP 54500. Garanhuns: Rua Dantas Barreto, 5 sala 1 Centro CEP 55300. Recife: Rua do Sossego, 221, Boa Vista CEP 50750  
 RIO GRANDE DO NORTE: Natal: Rua Jundiá, 420-A CEP 59000 — Cid. Alta Porto Alegre  
 RIO GRANDE DO SUL: Porto Alegre: Rua Vig. José Inácio, 687 3º andar CEP 90020. Caxias do Sul: Rua Bento Gonçalves, 2049 CEP 95100. Canoas: Rua Tiradentes, 130 sala 405 CEP 92100. Cruz Alta: Rua João Manoel, 433 CEP 98100. Pelotas: Rua Tiradentes, 2394 1º andar CEP 96010. Santa Maria: Rua Mal. Floriano Peixoto, 1357 Fundos — CEP 97100. Novo Hamburgo: Rua Lucas de Oliveira, 98 sala 6 CEP 93510. Rio Grande: Rua Gal. Vitorino, 746-A CEP 96200  
 RIO DE JANEIRO — Rio de Janeiro: Rua 1º de Março, 8 2º andar Fone: 252-9935 CEP 20000 — Niterói: Av. Amarel Peixoto 370 sala 808 Centro — CEP 24000. Duque de Caxias: R. Nunes Alves, 40 sala 101 CEP 25000. Nova Iguaçu: Trav. Renato Pedrosa, 33 sala 519 CEP 26000  
 SANTA CATARINA — Florianópolis: Pça. XV de Novembro, 21 sala 705 Caixa Postal: 1231 CEP 88075  
 SÃO PAULO — São Paulo: Rua Gondessa de São Joaquim, 272 Fone 277-

322 CEP 01318 Bela Vista. Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 281 sala 6 CEP 13470. Botucatu: R. Armando de Barros, 817 1º andar sala 2 CEP 18600. Campinas: Rua Senador Saralva, 448 Fone 2-6345 CEP 13100. Marília: R. Dom Pedro 180 CEP 17500. Osasco: Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 20 2º andar, sala 12 CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119 Caixa Postal 533 CEP 13560. Taubaté: Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 CEP 12100. São José dos Campos: Rua Vilaça, 195 1º andar sala 19 CEP 12200. Guarulhos: R. Pe. Celestino, 42 sala 8 2º andar CEP 12200  
 SERGIPE — Aracaju: Rua Itabaianinha, 145 sala 104 CEP 49010

A Tribuna Operária é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição, Pasto, Fôrtilos e Impressão: Cia. Editora Jorles. (Fone: 875-4999) São Paulo SP.

# A verdade sobre as estatais

Entre todos os mitos que a grande burguesia brasileira se preocupou em cultivar e difundir nos últimos anos, um dos que merece mais atenção é certamente o da *ineficiência das empresas estatais*. Uma máquina infernal de propaganda, e um aparente consenso entre a maior parte dos políticos sustentam que estas empresas são autênticos templos da incompetência, da mediocridade e do desperdício; que nelas trabalha uma legião de funcionários excepcionalmente bem remunerados mas ao mesmo tempo indolentes e interessados apenas em preservar seus próprios interesses de grupo; e que a poderosa "oligarquia" que as dirige é composta por tecnocratas hostis a todo tipo de investimento produtivo, e especialmente em relação à iniciativa privada. As estatais são, segundo este tipo de pensamento, órgãos parasitários que têm como finalidade básica estorvar a vida, o dinamismo e o espírito empreendedor dos capitalistas em geral.

## 1. As estatais não dão prejuízos operacionais

O pensamento conservador insiste em afirmar que as estatais são uma espécie de buraco negro, que suga com ímpeto estonteante os recursos do Tesouro e que impõe um sacrifício cada vez mais pesado aos contribuintes, sob forma de pagamento de impostos. A *Tribuna Operária* procurou verificar a validade desses argumentos recorrendo aos Orçamentos do setor estatal produtivo publicado pelas Secretarias de Controle das Estatais — SEST — entre 1980 e 86 — os últimos disponíveis. E chegou a resultados surpreendentes. Ao longo de todo este período, este conjunto de empresas — as mais poderosas e ao mesmo tempo as mais visadas

A grande burguesia age de caso pensado quando espalha estas idéias. Ela abandonou, há algum tempo, seus últimos rompanes nacionalistas, suas últimas tentativas de afirmar-se através da construção e da dominação de um mercado interno sólido. Ela optou por um caminho que leva à internacionalização ainda mais profunda da economia brasileira, porque acredita que a "modernidade" capitalista será capaz de permitir um grande fluxo de capitais para o país e de permitir uma nova multiplicação de suas fortunas. Ela precisa eliminar agora todos os obstáculos que se colocam diante deste objetivo. Por uma série de circunstâncias históricas, que estudaremos melhor no item 7 desta mesma página, as estatais se transformaram num desses obstáculos.

E então elas são acusadas por todas as desgraças que afligem o país. Não importa que a realidade objetiva esteja repleta de dados diametral-

mente opostos aos argumentos da campanha contra as estatais. Um especialista em propaganda da burguesia disse que uma mentira, repetida muitas vezes, pode transformar-se em verdade, e é nessa crença que se assenta a cruzada desinformadora que se trava através dos meios de comunicação.

Procurando contrapor-se a esta ofensiva ideológica, especialmente num momento em que o governo Sarney anuncia novos passos para a privatização das estatais, a *Tribuna Operária* pesquisou durante vários dias as informações disponíveis a respeito dessas empresas. Trabalhou sempre com os dados oficiais mais confiáveis e atualizados. E chegou a conclusões — calcadas em números, e não em argumentações falaciosas — que desmentem, ponto por ponto, as interpretações mais comuns que a imprensa dá ao problema. O resumo desses números e dessas conclusões é o que se segue.

pela grande burguesia — apresentou lucros operacionais constantes, ao contrário de inúmeras empresas privadas. É isso o que se extrai da leitura das linhas 1 a 5 da tabela abaixo.

É importante notar que os dados referem-se exclusivamente a receitas e despesas realizadas com recursos próprios, não incluindo qualquer transferência do Tesouro. É útil lembrar também que estes resultados poderiam ser ainda mais expressivos se o setor público não tivesse sido submetido a um brutal arrocho de preços e tarifas (veja item 4).

Há mais. Somando o lucro operacional às receitas não-operacionais obtêm-se a dis-

ponibilidade das empresas (linha 7). Verifica-se então que esta disponibilidade vem apresentando aumentos reais significativos desde 1980. E que em 84 e 86 ela foi suficiente para realizar todos os investimentos das estatais, sem qualquer necessidade de empréstimos ou de inversões por parte do Estado.

Na verdade, os déficits de que as estatais são acusadas dizem respeito basicamente ao ônus que representa para elas o pagamento de uma dívida externa que não foi feita, em sua maior parte, para propiciar investimentos nas empresas que a contrairam. Veremos isso com detalhes no item 5.

## Orçamentos da SEST 80-86

Setor produtivo estatal	Cr\$ bilhões de 1986						
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
1. Receita Operacional	437081,9	447007,0	438564,0	433142,9	472177,7	491846,3	567112,0
2. Pessoal e Encargos Sociais	71501,5	75816,2	81457,9	86042,8	85155,8	70707,6	74711,2
3. Outros Custeios	325394,0	319073,3	300313,0	335380,0	338135,7	343944,9	355536,7
4. Despesa Operacional (2+3)	396895,6	394889,5	381770,9	401422,8	396291,4	414652,5	430247,9
5. Lucro Operacional (1-4)	40186,3	52117,5	54793,1	31720,0	75886,2	77193,8	136864,1
6. Outros Recursos Próprios	67391,2	65318,4	67775,9	99501,8	77969,1	87733,3	86044,3
7. Disponibilidade (5+6)	107577,5	117436,9	122569,0	131221,8	153855,3	164927,1	222908,4
8. Evolução da disponibilidade	—	+ 9,16%	+ 4,37%	+ 7,05%	+ 17,20%	+ 7,19%	+ 35,15%
9. Investimentos	168315,4	177881,3	175213,8	123031,3	112610,3	173614,9	202819,3

Fonte: Secretaria de Controle das Estatais, Orçamento 1986

## 2. Os gastos com salários estão diminuindo

Outra tese fundamental da grande burguesia a respeito das estatais é a suposta existência de um quadro de pessoal deteriorado. As empresas estariam abarrotadas de um contingente monumental de funcionários, que comprometeria irremediavelmente sua saúde administrativa e a possibilidade de qualquer desempenho positivo.

Há duas formas de verificar estas afirmações. Uma é observar a evolução numérica do quadro de

funcionários. Os dados da SEST comprovam que entre 1980 e 85 ela foi modestíssima, tanto nas empresas do setor produtivo (+ 3,1%) quanto nas "entidades típicas de governo" + 1,3%, onde estão incluídos órgãos como as Universidades, o Inbra, o CNPq e o Departamento Nacional de Obras contra a Seca. Comparativamente, o crescimento geral da população economicamente ativa do país foi de 9,8%, no mesmo período.

Um outro dado, ainda mais importante, diz respeito ao comprometimento da receita das estatais com o pagamento de salários e encargos sociais. Ao contrário do que se afirma — e não se prova — em geral este índice caiu de 16,36% em 80 para 13,17% em 86. Ainda que tenha havido um pequeno aumento real de salários em 87, o peso dos encargos trabalhistas pode no máximo ter voltado ao que era no início da década.

## O peso dos salários

Setor Produtivo Estatal	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Pessoal/Receita Operacional	16,36%	16,96%	18,66%	15,25%	12,32%	14,38%	13,17%

Fonte: SEST, Orçamento 1986

## 3. A produtividade aumentou nos últimos anos

Um aspecto extremamente interessante é a evolução, nos últimos anos, da produtividade por empregado nas estatais. A SEST publicou dados que são esclarecedores, porque dizem respeito diretamente à eficiência do pessoal empregado. Estes dados também não foram publicados pela grande imprensa, talvez porque mos-

trem que em todos os ramos importantes da produção das estatais houve sensível aumento da produtividade. Mais petróleo e gás natural por trabalhador na Petrobrás, mais minério extraído na Vale do Rio Doce, mais aço na Siderbrás e assim por diante. No conjunto das empresas, a geração de receita líquida média também

apresentou grande incremento.

Vistos em seu conjunto, todos estes dados servem para demonstrar a que ponto é absurda a proposta de reduzir significativamente o número de funcionários das estatais. Ela equivale, hoje, a um golpe direto e profundo contra a eficiência destas empresas.

## Produtividade por empregado

Empresa	Unidade	1980	1981	1982	1983	1984	1985	Evolução
Petrobrás	M <sup>3</sup> óleo/empregado	272	290	336	433	590	671	+146,6%
Petrofertil	ton. fertil./emp.	153	147	147	187	231	230	+50,3%
Petroquímica	ton. petroquímicos/emp.	436	454	503	528	541	584	+33,9%
Vale Rio Doce	ton. minério/emp.	2680	2304	2036	2042	2890	3386	+50,3%
Telebrás	n.º telefones/emp.	91	101	110	119	129	139	+52,7%
Siderbrás	ton. aço/empregado	132	112	115	126	153	176	+33,3%
Portobrás	ton. movimento/emp.	9500	9900	10300	11200	13100	13500	+42,1%
Eletrobrás	GWH/empregado	1,17	1,83	1,94	2,24	2,71	2,92	+149,5%

Fonte: SEST, Perfil das Empresas Estatais, 1986



Os trabalhadores defendem o que a burguesia quer sucatear. Na foto, passeata a favor da Petrobrás, 1962.

## 4. O grande arrocho de preços e tarifas

É preciso investigar, agora, os fatores que colocaram as estatais numa situação financeira que é inegavelmente difícil. Uma primeira resposta será encontrada quando analisarmos o comportamento dos preços e das tarifas reais de bens e serviços oferecidos por elas no mercado.

Esta análise revelará que, entre 1980 e 86, o governo federal promoveu, através do Conselho Interministerial de Preços, um arrocho forte e ge-

neralizando contra as empresas estatais. No caso mais brando, o da eletricidade a perda real foi de 15% em relação à inflação. No mais grave, o das tarifas telefônicas, atingiu 64,7%.

As famílias consumidoras não percebem esta defasagem, porque para elas as tarifas de energia elétrica, por exemplo, sobem bem acima da inflação. É que vigoram em muitos casos as "tarifas diferenciadas".

Elas permitem que o kilowatt/hora gasto pelas indústrias ou o impulso telefônico utilizado pelos bancos sejam substancialmente mais baratos que os mesmos itens pagos pelo usuário individual.

Moral da história: no frigidíssimo dos ovos, um dos grandes problemas que causou as dificuldades das estatais é que elas transferiram e transferem através da defasagem de preços, enormes somas de recursos para a iniciativa privada.

## Defasagem acumulada desde 1979

Empresa	Preço X Inflação						
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Portobrás	-23%	-17%	-3%	-8%	-19%	-2%	-20,9%
Vale do Rio Doce	-3%	-9%	-4%	-20%	-33%	-16%	-26,6%
Siderbrás	-7%	-18%	-10%	-13%	-27%	-22%	-39,6%
Eletrobrás	-20%	-18%	-20%	-26%	-29%	-29%	-15,6%
Petrobrás	-5%	+1%	6%	-5%	-12%	-36%	-52,4%
Telebrás	-6%	-14%	-17%	-34%	-42%	-52%	-64,7%

Fonte: SEST, Perfil das Empresas Estatais, 1986

## 5. O peso arrasador da dívida externa

Embora apresentem resultados operacionais francamente favoráveis, as empresas estatais estão sendo vítimas de uma sangria desatada, através do pagamento da dívida externa. O pagamento de juros ao exterior representa um sério ônus para toda a economia nacional. Mas ele é incomparavelmente mais devastador no caso das estatais, devido a certos mecanismos adotados particularmente durante a crise cambial de 1980-82.

Quem explica com detalhes estes mecanismos é o economista Rogério Furquim Werneck, da PUC do Rio de Janeiro, em trabalho publicado em 1986. Ele relata que desde a década de 70 os governos militares forçaram as estatais a um amplo endividamento externo, adotando uma política

"pouco realista" de preços e tarifas, restringindo a possibilidade de elas contraírem débito no próprio e vedando o recurso ao mercado de ações.

O problema tornou-se ainda mais grave a partir do início dos anos 80. "Quando o prenúncio de uma grave crise de balanço de pagamentos tornou o risco cambial excessivamente alto — escreve Furquim — houve necessidade de recorrer à simples coerção para assegurar um fluxo adequado de captação de recursos externos pelas empresas estatais, sem vinculação com a necessidade real destas empresas.

Trocando em miúdos, a equipe econômica chefiada por Delfim Netto aproveitou-se da credibilidade das estatais e forçou-se a contrair vultosos empréstimos no exterior, não

para cobrir gastos ou realizar investimentos próprios, mas para permitir que a "rolagem" da dívida prosseguisse indefinidamente.

Esta política verdadeiramente criminosa fez com que os encargos financeiros das estatais disparassem a partir de 1980, e originassem déficits nos balanços. Déficits, portanto, que nada têm a ver com a eficiência dessas empresas, e sim com a política entreguista adotada pelo governo.

Com efeito, os encargos financeiros das estatais multiplicaram-se por quatro em termos reais, entre 80 e 86. Representavam 9,19% da receita operacional e pularam para 24,15%. Equivaliam a 27% dos gastos com pessoal em 1970, pularam para 40% em 1980 e para 159,16% em 86.

## 6. Como mostrar a árvore e esconder a floresta

A direita empresarial sabe que não pode travar o debate sobre as estatais num terreno em que as informações fundamentais sobre elas venham à luz. A simples revelação destes dados exerce, como se viu até aqui, uma força demolidora sobre suas teses mais queridas.

A grande burguesia utiliza-se, por isso, de um velho artifício dos mistificadores. Ela gasta toneladas de tinta em

cantilenas diárias contra as estatais. E para que esta ladainha não se mostre demasiadamente monótona e insossa, apresenta, vez por outra e com grande estardalhaço, um caso de estatal em que há de fato sinais de ineficiência. Em geral são casos ou de empresas que pertenceram à iniciativa privada em que o Estado socorreu quando se encontravam à beira da falência, ou de entidades acintosamente usa-

das para fim de empreguismo político.

As forças progressistas não podem fechar os olhos para a existência desses casos, mas precisa, antes de tudo, armar-se de argumentos para demonstrar que a grande ofensiva dos conservadores contra as estatais está calcada em bases absolutamente falaciosas. É como se eles tentassem derrubar uma floresta porque meia dúzia de árvores está com as raízes apodrecidas.

## 7. A saída é vender a galinha dos ovos de ouro

A *Tribuna Operária* não pretende alimentar ilusões a respeito das empresas estatais. Em condições normais elas exercem, quando o Estado está sob domínio da burguesia, um papel de consolidação do poderio burguês. Isso ficou particularmente claro durante o processo de desenvolvimento iniciado com o regime militar. As estatais cresceram e se multiplicaram como nunca, com a finalidade clara de criar uma poderosa infra-estrutura de serviços e produtos básicos e vendê-los a preços altamente subsidiados à iniciativa privada. Foi assim com os derivados de petróleo, os produtos petroquímicos, os fertilizantes, os minérios, o aço, a energia e a ampla e moderna rede de transportes e comunicações que se estendeu por nosso território.

A grande burguesia brasileira e o capital estrangeiro enveredaram há algum tempo, porém, por um caminho que tem como objetivo conquistar um

patamar mais alto de internacionalização de nossa economia. As dificuldades que a dívida externa impõe devem ser superadas, segundo sua linha de raciocínio, não com uma postura soberana diante dos credores, mas com um convite para que eles troquem seus haveres em dólar por uma participação na economia brasileira muito superior à que já ocupam. Este é o sentido exato das conversões da dívida, como se vê em matéria na página 4 desta edição.

As estatais são, concretamente, um grande empecilho à realização deste objetivo. Seu patrimônio, verdadeiramente colossal, foi construído inteiramente com o sacrifício do povo brasileiro, e por isso o povo não pode concordar com sua entrega para fortunas privadas. Além disso, pela sua enorme magnitude, as estatais não encontram, no país, capitais em condições de absorvê-las. Apenas para ficar no exemplo mais corriqueiro, a

Eletrobrás concentra, sozinha, mais bens que a soma dos nove maiores grupos privados do país, entre eles Bradesco, Votorantim, Camargo Correa, Itaú, Matarazzo e outras.

É à luz destes dados que se torna evidente, portanto, o objetivo real da proposta de privatização das estatais. Tal proposta implica em entregar estas empresas para grandes grupos estrangeiros, os únicos que têm de fato capacidade de absorvê-los. A tentativa de cortar pessoal e de reduzir salários, e a aplicação do arrocho de preços e tarifas e o esforço evidente de sucateamento das estatais devem ser entendidos como passos rumo a este objetivo.

A grande burguesia brasileira planeja, de fato, vender a galinha que sempre lhe serviu com ovos de ouro. Não poderia haver símbolo melhor do papel inteiramente antipatriótico que ela optou por assumir. (Antonio Martins)